



PACTO ENERGIA
DISTRIBUIÇÃO PARANÁ

Prestação Anual de Contas

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.



PACTO ENERGIA
DISTRIBUIÇÃO PARANÁ

Força e Luz Coronel Vivida Ltda
CNPJ 79.850.574/0001-09
Inscrição Estadual 31300827-41
www.pactoenergia.com.br
Rua Iguaçu, 798 - Centro – Coronel Vivida - PR
CEP 85550-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2023

SUMÁRIO

Apresentação	4
Gestão administrativa	5
Gestão operacional	9
Compromisso ESG	22
Demonstrações contábeis regulatórias	25
Demonstrações financeiras	74

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Nosso negócio

A FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 65 anos de existência. A FORÇA E LUZ CORONEL VIVIDA LTDA também esteve presente até meados de 2022 no segmento de geração.

Em 2023, a economia na área da concessão teve reflexos positivos, resultante de investimentos em estrutura e tecnologia, a fim de modernizar e digitalizar a rede, oferecendo aos consumidores melhorias na qualidade e atendimento. No quesito demanda de energia, o mercado apresentou crescimento dentro da normalidade, sempre vinculado a classe residencial. A representatividade das classe em percentual de consumo é dividido entre os setores residencial e comercial, representando 39% e 21% respectivamente, de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2023.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Outorgada para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio da indicações ao prêmio IASC 2023, na categoria:

- Sul, Sudeste e Centro-Oeste, até 30 mil unidades consumidoras;

Na indicação, obtivemos a 2ª colocação. No entanto, é importante salientar a importancia de estarmos entre as 3 (três) melhores distribuidoras de energia do Brasil. Planos de ações estão sendo desenvolvidos para melhorar ainda mais o desempenho, mantendo a tradicional qualidade de fornecimento Forcel, e buscando alternativas para melhorar continuamente nossos indicadores.

Missão, Visão e Valores

Missão: A Energia do futuro. Hoje!

Visão: Ser uma referência nacional em tecnologia aplicada a soluções completas de energia de forma sustentável.

Valores:

Propósito: Conectamos o propósito das pessoas com o propósito da organização.

Atitude de Dono: Agimos como donos para garantir a perpetuidade e alta performance da companhia.

Criatividade: Com apoio da tecnologia, inovamos sempre para atender um mundo em constante transição.

Transparência: O certo tem apenas um caminho, por isso somos transparentes em todas as nossas atitudes.

Orientação ao Cliente: Estamos sempre dedicados a atender nossos clientes, pois são nossa razão de existir.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Administração e Gestão

A Pacto Energia S.A. passou a ser a Gestora da Força e Luz Coronel Vivida a partir de 01 de janeiro de 2022. A gestão foi transferida como parte do processo de venda do controle societário da Forcel para o Grupo Pacto Energia S.A.

Estrutura societária

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Força e Luz Coronel Vivida era de R\$ 7,2 milhões, composto por 7.256.534 quotas no valor de 1,00 cada uma, sendo os principais acionistas:

Sócios	Nº Cotas	% Capital	Valor (R\$)
Fábio Berger	3.042.206	41,9237%	R\$ 3.042.206,00
Terezinha Mezzomo	2.400.728	33,0837%	R\$ 2.400.728,00
Município de Coronel Vivida	972.199	13,3976%	R\$ 972.199,00
Roberto Lang	655.116	9,0279%	R\$ 655.116,00
Total	7.070.249	97,4329%	R\$ 7.070.249,00

Principais políticas

As Políticas e Normas Internas apresentam as diretrizes e ações a serem observadas para criar um ambiente consistente, transparente e regulado, promovendo conformidade com leis, regulamentos e padrões éticos.

Os normativos são estabelecidos e revisados com apoio do Comitê de Auditoria e dos Diretores e estão aderentes à legislação anticorrupção e às melhores práticas de integridade.

Em 2023, a Forcel possui vigente as seguintes Políticas e Normas Internas:

- Código de Conduta e Ética
- Política de Pagamentos
- Política de Marketing
- Política de Segurança da Informação
- Norma de Recrutamento e Seleção
- Política de Cargos e Salários
- Política de Representações e Viagens

Canal de Integridade

A como parte de grupo Pacto, possui um canal de integridade seguro, confidencial e independente. Os colaboradores e terceiros que prestam serviços ao Grupo são orientados a denunciar qualquer atitude que potencialmente esteja em desacordo com o Código de Conduta ou legislação vigente. Esta orientação é reforçada constantemente através de comunicações e treinamentos.

Acesse aqui nosso [Canal de Integridade](#)

Diretoria Executiva

A diretoria da Forcel em 31 de dezembro de 2023 era composta por 2 membros:

Diretor Presidente – Fábio Berger

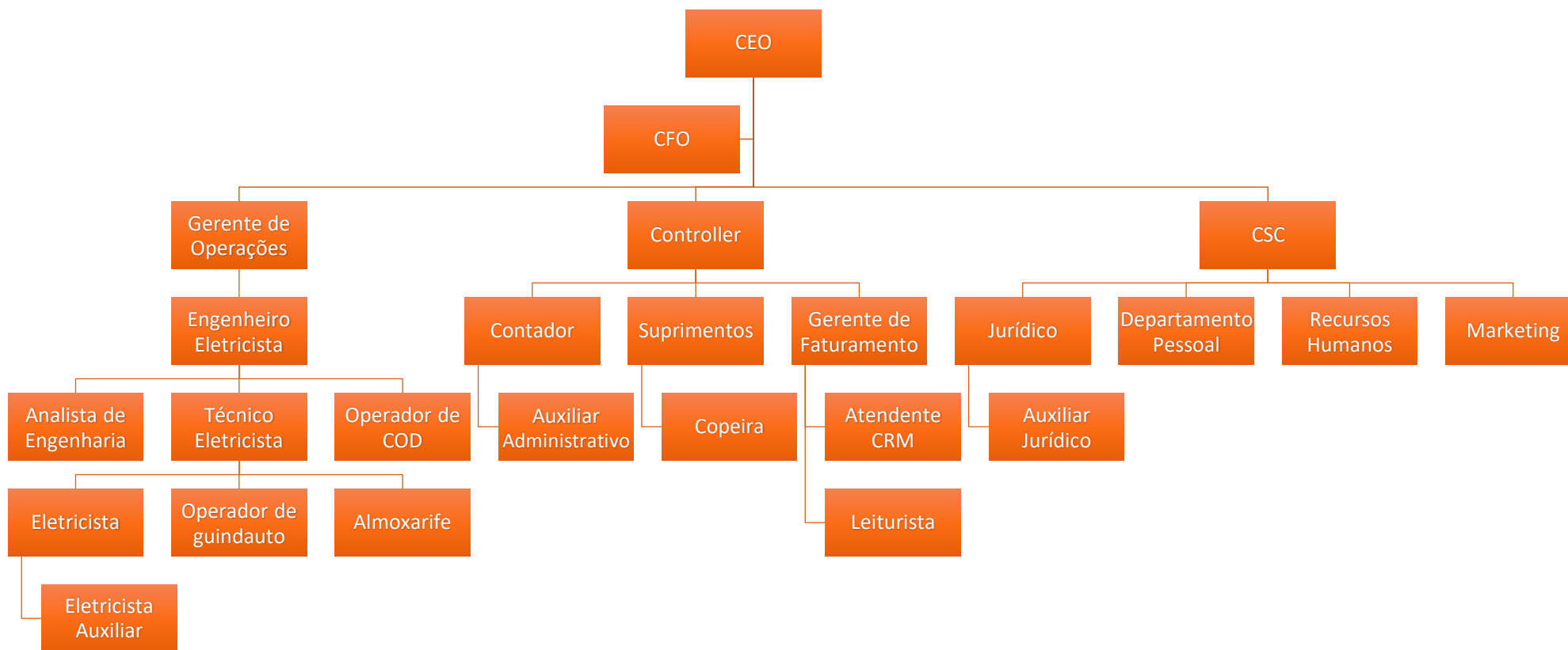
Diretor técnico – Roberto Lang

Conselho Fiscal

O conselho fiscal desempenha um papel fundamental na garantia da transparência, integridade e conformidade das operações financeiras da entidade. Os membros do conselho da Forcel, são:

Presidente – Rodrigo Ferreira Fonseca Pedroso

Diretoria Administrativo Financeiro – Weldon Paulo de Sousa e Silva



Gestão da Qualidade Total

Em 2022 deu início ao processo de treinamento e consultoria externa para a obtenção da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo de certificação é “Distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de coleta de dados, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, bem como, o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de Ouvidoria”. Durante o ano de 2023, os processos e procedimentos do escopo foram estruturados, garantindo maior confiabilidade. Em dezembro de 2023 foi realizada a auditoria interna como ação preparatória para a auditoria externa.

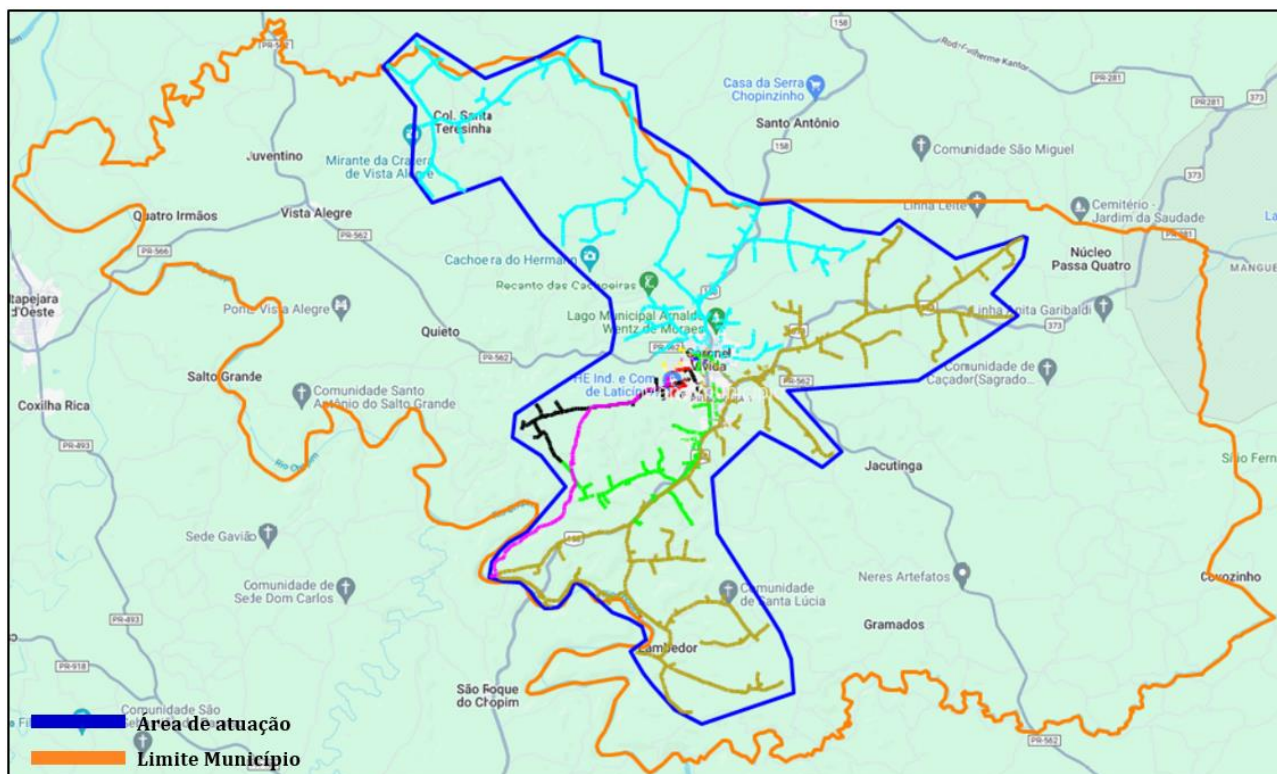
Auditoria Externa

A Forcel teve suas demonstrações contábeis auditadas nos últimos 4 (quatro) anos pela big four Ernst & Young, como um meio de reforçar o compromisso com a independência, conformidade e transparência.

GESTÃO OPERACIONAL

Abrangência da área de concessão

a concessionária distribui energia elétrica no município de Coronel Vivida, estado do Paraná, que abrange uma população de 20.430 pessoas, com área territorial de 684.417 km² (conforme publicado pelo IBGE 2022).



Com área de concessão de 228 km² e 104 km de perímetro, possui a seguinte estrutura de rede:

	Urbano	Rural	Particular	Total
Redes de distribuição - Baixa tensão (km)	110,35	49,16	0,62	160,13
Redes de distribuição - Média tensão (km)	84,27	217,79	3,463	305,52
Postes - unidades	4.530	3.071	176	7.777
Transformadores - unidades	281	340	91	712
Potência instalada em transformadores (kVA)	6.572,5	18.737,5	22.622,5	47.932,5

Atendimento aos consumidores

Com forte veia tecnológica, a concessionária, veio investindo em canais virtuais e treinando funcionários com o objetivo de possibilitar que as principais demandas dos consumidores possam ser atendidas e resolvidas sem necessidade de comparecimento a agência.

A concessionária disponibiliza os seguintes canais de atendimento:

- a) Presencial: realizado na seda da concessionária, horário comercial de segunda a sexta-feira, das 7:45 as 18:00;
- b) Teleatendimento: ligação gratuita para 0800 46 1244 em horário comercial e 24h para atendimento emergencial;
- c) Email: distribuicaoopr@pactoenergia.com.br - serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- d) Whatsapp - (46) 3232-1244.

As equipes de atendimento são treinadas para proporcionar maior agilidade, minimizando o risco de erros e garantindo equidade no tratamento a todos os consumidores

Distribuição de energia elétrica

A Outorgada distribui energia elétrica no município de Coronel Vivida do Estado do Paraná, onde está instalada. Também atende 10 consumidores no ACL - Ambiente de Contratação Livre.

Ligação de consumidores

No ano de 2023, foram realizadas, 333 novas ligações sendo 306 área urbana e 27 na área rural, totalizando 8.664 consumidores atendidos pela Outorgada, número 1,77% superior ao de 2022.

	2023	2022	2021	2020	2019
Residencial	6.781	6.576	6.426	6.364	6.197
Comercial	865	831	809	785	769
Industrial	138	245	231	157	136
Rural	770	748	735	732	714
Poderes Públicos	94	97	97	96	94
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	12	10	10	10	10
Consumo Próprio	3	3	3	3	3
Total	8.664	8.511	8.312	8.148	7.924
Variação	1,77%	2,34%	1,97%	2,75%	

Comportamento do mercado

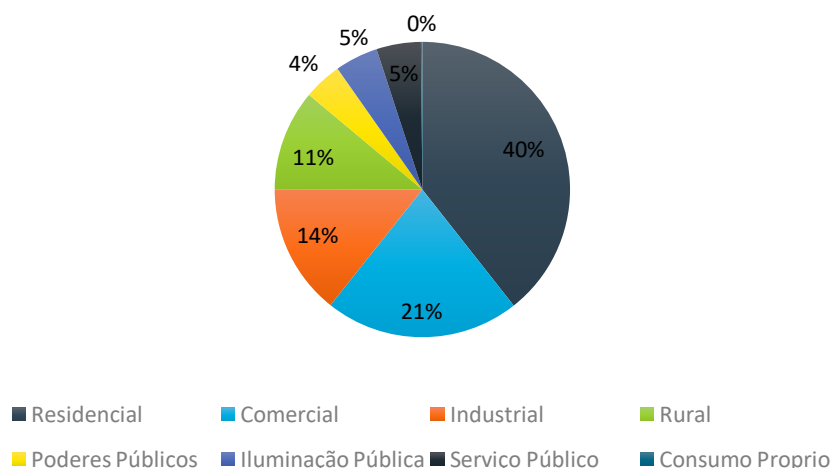
A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2023 foi de 80,7 MWh (73,3 MWh em 2022).

O consumo total de energia fatura para atender consumidores cativos em 2023 totalizou 33,7 MWh, de energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2023, adquirida através de leilão e cotas reguladas pelo agente regulador - ANEEL, apresentou um acréscimo de 4,4%, passando de 32.293 MWh em 2022 para 33.792 MWh em 2023. Já os consumidores livres ostentaram um crescimento de 12,6% em relação ao ano anterior, com destaque para classe comercial.

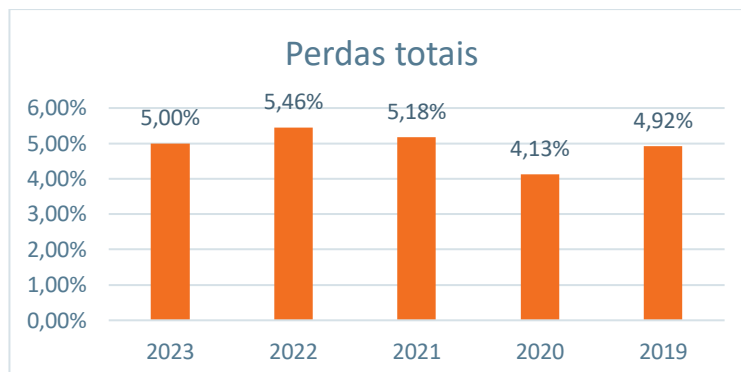
Energia Requerida	2023	2022	2021	2020	2019
Venda de Energia	33.791	32.293	34.351	38.696	40.591
- Fornecimento	33.791	32.293	34.351	38.696	40.591
- Suprimento p/ agentes de distribuição					
Consumidores Livres/Dist./Ger.	46.925	41.020	38.622	32.525	28.873
Consumidores Rede Básica					
Mercado Atendido	80.716	73.313	72.973	71.221	69.464
Perdas na Rede Básica					
Pernas na Distribuição	4.247	4.126	1.733	3.185	3.241
Perdas Técnicas	1.954	4.126	1.733	3.185	3.241
Perdas não Técnicas - PNT	2.293				
Perdas Totais - PT	4.247	4.126	1.733	3.185	3.241
PT / Energia Requerida %	5,00%	5,33%	2,32%	4,28%	4,46%
Total	84.963	77.439	74.706	74.406	72.705

Os segmentos do mercado que contribuíram de modo equitativo no resultando, sendo o consumo proporcional em todas as classes. A classe industrial é que possui maior representatividade no consumo, com 62,0%, sendo também bem pulverizada, e desse percentual, destacam-se os seguintes ramos de atividade com maior expressividade: fabricação de celulose, papel e produtos de papel, com 57,6% e fabricação de produtos alimentícios e bebidas, com 33,9%

Energia requerida



As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentou uma evolução negativa de 5,46% em 2022 para 5,00% em 2023, podendo ser atribuída às melhorias de rede realizadas durante o exercício.

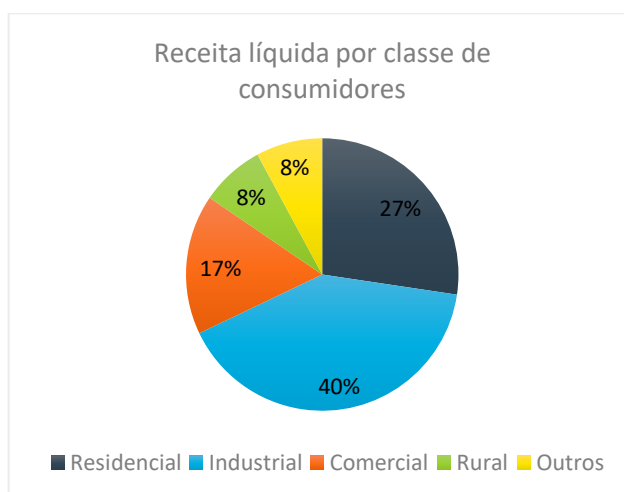


Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 27,7 milhões, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2023	2022	%
Residencial	7.585.568	6.620.948	12,7%
Industrial	11.239.514	10.164.120	9,6%
Comercial	4.605.334	4.315.559	6,3%
Rural	2.106.224	1.844.206	12,4%
Outros	2.185.301	1.901.218	13,0%
Total	27.721.940	24.846.050	10,4%

O aumento de 10,4% da receita líquida, está vinculado ao aumento da tarifa comparada a 2022, onde no reajuste tarifário de 2023, o impacto do componente financeiro devolução de pis/cofins ao consumidor, impactou apenas o saldo apropriado no exercício.

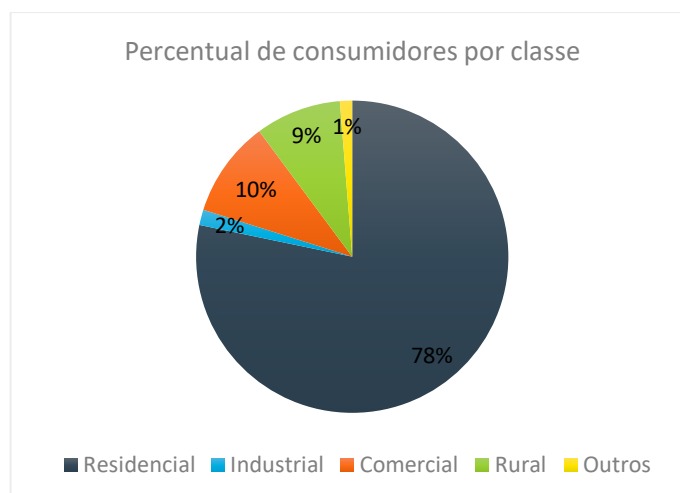


Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2023 apresentou um crescimento de 1,8 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2022	2021	%	Participação
Residencial	6.781	6.576	3,0%	78,3%
Industrial	138	245	-77,5%	1,6%
Comercial	865	831	3,9%	10,0%
Rural	770	748	2,9%	8,9%
Outros	110	112	-1,8%	1,3%
Total	8.664	8.512	1,8%	100,0%

A variação negativa para a classe industrial é decorrente de alterações nos processos internos, uma vez que as ligações novas para construção passaram da classificação industrial/construção civil para Residencial/Construção civil.



Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente de acordo com as condições estabelecidas na legislação e no contrato de concessão. São previstos anualmente o repasse dos custos não gerenciáveis da Parcela A e corrigidos os custos gerenciáveis pelo IGP-M dos últimos 12 meses anteriores à data base, deduzido o fator X. A cada cinco anos é realizada a revisão tarifária que visa restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Na metodologia da revisão tarifária periódica é considerada a avaliação da base dos ativos utilizados na atividade de distribuição de energia elétrica (Base de Remuneração Regulatória), as despesas operacionais, as perdas regulatórias, depreciação, o custo médio de capital – WACC aplicado à base dos ativos que determina a remuneração da concessionária.

O 5º ciclo da revisão tarifária da Força e Luz Coronel Vivida, ocorreu em fevereiro de 2021, sendo que o 6º ciclo ocorrerá em fevereiro de 2026.

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2023, atingiu R\$ 467,06/MWh, com aumento médio de 4,04% em relação a dezembro de 2022. No que diz respeito aos custos de aquisição de energia elétrica, sobre o contrato bi-lateral de compra e

venda de energia elétrica com sua suprida, houve reajuste da ordem de 5,47%, passando de R\$ 183,26 para R\$ 193,87/MWh.

Classe	Tarifa Média de Fornecimento R\$/MWh	
	2023	2022
Residencial	569,91	552,33
Industrial	224,77	225,14
Comercial	514,81	524,35
Rural	561,27	511,13
Outros	464,56	427,96
Média	467,06	448,18

As tarifas de aplicação da Forcel, constantes da Resolução Homologatória nº 3.096, de 23 de agosto de 2022, alteradas pela Resolução Homologatória Aneel nº 3.249, de 22 de agosto de 2023, ficam, em média, reajustadas em 8,97% por cento, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora, sendo 1,97% para consumidores de alta tensão e de 13,94% para consumidores de baixa tensão.

Tarifa Social da Energia Elétrica

A tarifa social da Energia elétrica é regulamentada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, dispõe sobre o enquadramento de consumidores que poderão ser beneficiários de desconto na conta de energia elétrica, e são endereçados aos consumidores classificados como baixa renda, focalizando a concessão do benefício no parâmetro renda. Conforme texto da Lei, a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), é caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica, é calculada de modo cumulativo.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2023	2022
Número de residências atendidas	352	512
Residências atendidas pelo Programa /total de consumidores residenciais (%)	5,19%	7,79%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	115.421,33	141.889,26
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial (%)	1,52%	1,37%
Subsídio recebido da Eletrobras, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	79.407,32	169.986,75

Programa Luz Fraterna

Programa instituído pelo Govverno do Estado do Paraná de acordo coma Lei 17.639/2013, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores cadastrados na Tarifa Social de Energia Elétrica e que consumam no máximo 120 KWh por mês.

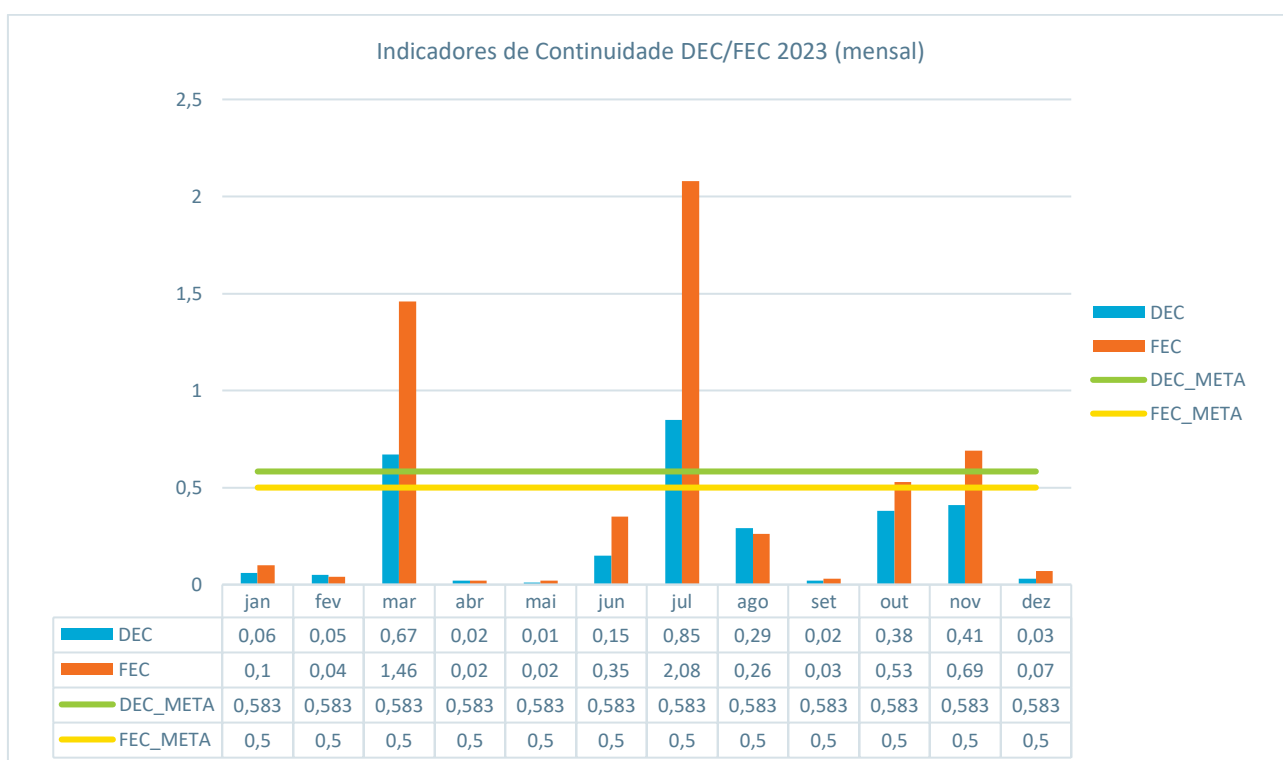
Programa Luz Fraterna	2023	2022
Número total de residências atendidas	231	347
Residências atendidas pelo programa com relação ao total de consumidores (%)	3,35%	5,27%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	114.625,89	142.850,90
Faturamento do Programa / total da receita do faturamento residencial (%)	1,51%	1,38%
Subsídio recebido do Governo Estadual dos consumidores do Programa (R\$ mil)	105.628,48	133.250,83

Qualidade do fornecimento

Conforme definição da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, os limites para o ano de 2023 dos indicadores coletivos de continuidade globais DEC – Duração Equivalente de

Interrupção por Unidade Consumidora e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora foram de 7 e 6, respectivamente. Tais valores são divulgados abertamente pela ANEEL e podem ser obtidos em seu endereço digital.

O gráfico a seguir apresenta os valores de DEC e FEC mensais calculados durante o ano de 2023. Também são apresentados os limites mensais dos indicadores, que nada mais são do que um doze avos do valor limite anual. O valor mensal dos indicadores não tem finalidade para a ANEEL, porém auxilia a distribuidora no controle dos indicadores.

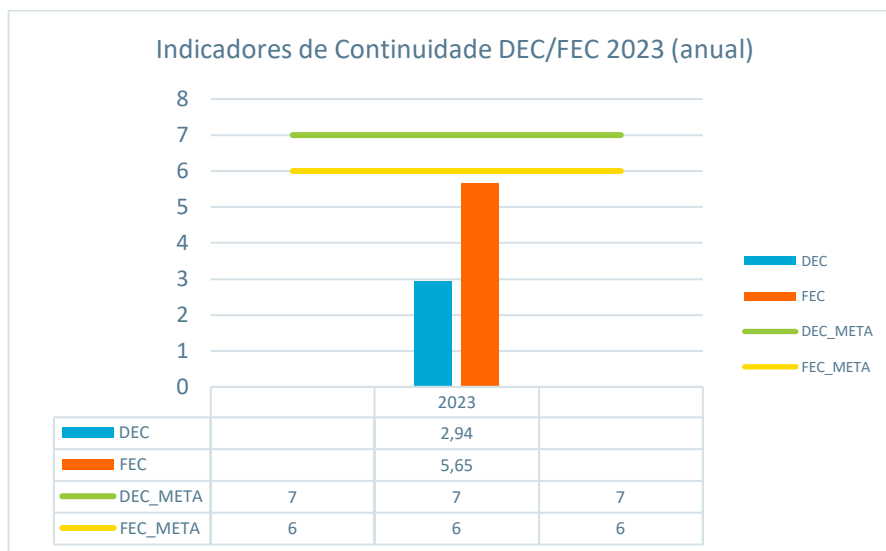


Observa-se na figura que os meses de março e julho tiveram seus valores limites extrapolados, de ambos os indicadores. No mês de março, o problema foi devido manutenção não programada rede de média tensão, sendo necessária algumas manobras que atingiram um número considerável de unidades consumidoras. No mês de julho, ocorreram manobras programadas para instalações de religadores na rede elétrica (Programa Potencializa Coronel Vivida), atingindo um número considerável de unidades consumidoras.

No mês de outubro houve a abertura de um religador por descarga elétrica atmosférica, atingindo um número considerável de unidades consumidores. E em novembro ocorreram mais manobras para ajustes e finalização das instalações do Programa Potencializa Coronel Vivida, com manobras rápidas, mas atingindo um número considerável de unidades consumidoras e elevando o indicador FEC.

O gráfico a seguir apresenta os indicadores de continuidade em seu valor anual, incluindo seus valores limites. Apesar de em alguns meses os indicadores terem extrapolado seu valor limite,

os valores anuais se mantiveram abaixo do limite estabelecido pela ANEEL.



Após o envio dos valores anuais para a ANEEL, é elaborado o ranking de continuidade do serviço das distribuidoras (divido em duas categorias, conforme o número de unidades consumidoras atendidas). Para isso, a ANEEL calcula o DGC - Indicador de desempenho Global de Continuidade, que consiste na média aritmética simples das razões entre os valores apurados e limites anuais dos indicadores globais DEC e FEC das distribuidoras. A equação abaixo apresenta o DGC da Pacto Energia PR para o ano de 2023.

$$DGC = \frac{2,94/7 + 5,65/6}{2} = 0,68$$

Por não possuir a certificação ISO 9001 em 2023, a Pacto Energia PR ficou fora do ranking da ANEEL no ano de 2023.

Programa Potencializa Coronel Vivida

O programa Potencializa Coronel Vivida, executado em 2023, tem como objetivo modernizar e fortalecer a infraestrutura de distribuição de energia da Pacto Energia. Este projeto visa garantir maior eficiência, segurança e confiabilidade no fornecimento de energia elétrica para todos os consumidores, desde residências até grandes indústrias.

Um dos principais componentes do programa é a substituição de equipamentos obsoletos por tecnologias de última geração. Religadores, banco de capacitores, transformadores, cabos e postes antigos são trocados por novos materiais mais resistentes e eficientes, capazes de suportar melhor as condições climáticas adversas e reduzir as perdas de energia entregue ao consumidor.

Além disso, o programa inclui a instalação de sistemas de monitoramento em tempo real. Esses sistemas permitirão identificar e resolver rapidamente problemas na rede elétrica, minimizando o tempo de interrupção no fornecimento de energia. Com isso, espera-se uma redução significativa nas quedas de energia e um atendimento mais ágil e eficaz em casos de emergência.

O programa também investe em capacitação e treinamento dos profissionais do setor elétrico. Técnicos e engenheiros receberam formação atualizada sobre as novas tecnologias e práticas de manutenção, garantindo que a operação e a manutenção da rede elétrica sejam realizadas com a máxima eficiência e segurança.

Por fim, o programa entrega benefícios diretos para os consumidores, como a melhoria da qualidade do serviço e a redução das tarifas de energia a longo prazo. Com uma rede elétrica mais moderna e eficiente, os custos operacionais tendem a diminuir, permitindo que as economias sejam repassadas para os usuários finais.

Instalação de Religadores

A Pacto Energia possui 08 alimentadores em média tensão de 13,8 kV. Esses alimentadores estão conectados em uma tomada de energia, a qual é suprida pela Copel Dis.

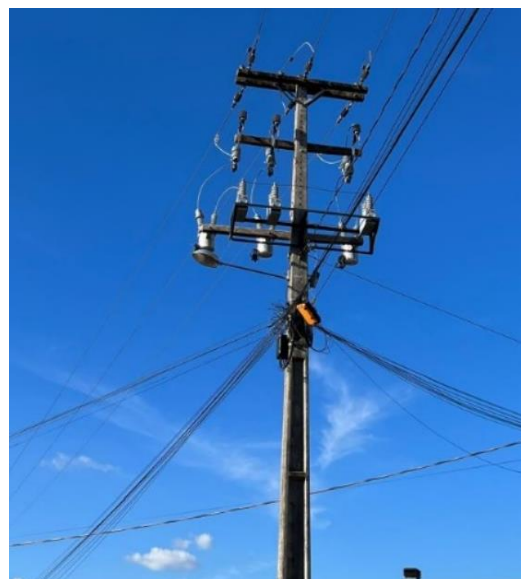
Considerando que na área de concessão há aproximadamente 305 km de rede primária e que cerca de 72% estão situados em áreas rurais, no ano de 2023 houve intenso investimento na modernização dos equipamentos de rede, buscando aumentar a robustez e capacidade de recomposição do sistema quando da falta de energia.

Buscando melhoria na capacidade de coordenação e seletividade, foram incrementados 05 religadores automáticos da NOJA POWER, bem como outros 03 religadores foram reposicionados. Dessa forma, se amplia a capacidade de independência entres os alimentadores, diminuindo regiões afetadas em situações de falta. O sistema foi pensado de maneira que todos os consumidores com demanda superior a 01 MW de demanda possuem religador instalado em seu alimentador e, além disso, as áreas rurais possuem agora, equipamento para realização de recomposição de alimentação sem necessidade de desligar a área urbana para realização de manobras.



Instalação de banco de capacitores

Visando promover a atenuação de perdas técnicas, bem como aliviar a rede de distribuição, além dos religadores, foi realizada a instalação de 08 banco de capacitores de 300 kVar (cada) na média tensão, totalizando 2,4 MVar. Foram instalados em posições estratégicas, ao longo dos 08 alimentadores.



Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

As distribuidoras de energia elétrica devem destinar parte da receita operacional líquida (ROL) regulatória em projetos originais e inovadores, direcionados ao desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, relacionado à Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e demais regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em 2023 a Pacto Energia contratou os projetos de P&D e PEE e parceria com a HVEX (High voltage Equipment), uma Spin-off tecnológica na Incubadora de Empresas de Base Tecnológica de Itajuba – INCIT.

O projeto de P&D consiste no desenvolvimento do produto “Smart Motor”, um equipamento para integrar motores e geradores com as redes inteligentes (Smart Grids) e ciência de dados. Nesse projeto o valor investido é de R\$ 239.000,00 (duzentos e trinta e nove mil reais) através dos recursos de P&D.



O equipamento será capaz de enviar informações em tempo real, permitindo a administração remota de dados importantes da rede, como: tensão, corrente, harmônicos, entre outros, mapeando seu funcionamento, prevendo a vida útil dos ativos. O equipamento envia dos dados de forma remota, melhora a estrutura de informação com previsões sistêmicas e faturamento horo sazonal.

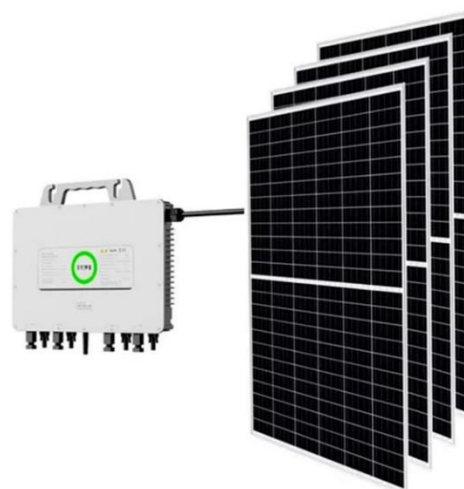
Programa de Eficiência Energética

O programa de Eficiência Energética tem o objetivo de promover o uso eficiente e racional de energia elétrica em todos os setores da economia, por meio de projetos que sejam viáveis e promovam o combate ao desperdício e a melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos de energia elétrica.

Os recursos para aplicação nestes projetos têm origem na tarifa de energia, sendo um percentual mínimo da ROL regulatória que a distribuidora deve aplicar anualmente, de acordo com a Lei nº 9.991/2000 e demais regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em 2023 a Pacto Energia contratou um projeto no valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) com os recursos de PEE. O projeto “Geração Fotovoltaica no UPA 24 HORAS”, tem como objetivo principal é a utilização de um sistema fotovoltaico para a compensação de energia, reduzindo assim os custos com eletricidade do UPA 24 Horas. O projeto propõe o uso do painel em paralelo no ponto de conexão, no qual a energia superior à consumida é injetada na rede, e durante a noite, período em que não a geração fotovoltaica o consumo é unidirecional, garantindo assim a eficiência e segurança energética.

O programa visa atender o Setor de Serviços Públicos, com uso de fonte incentivada, e possui uma capacidade de geração projetada de 171.000 kW/h ano, baseado em uma planta de potência instalada de 74 kW, com atendimento de 340 dias, sendo 25 dias reservados para manutenções periódicas, durante 6,8 horas diárias. Sua economia projetada é de R\$ 77 mil/ano, considerando-se o custo de 45 centavos o KW/h, portanto tempo de retorno de investimento é inferior a 6 anos, tratando-se se um investimento altamente atraente, e com estimativa de vida útil do equipamento superior a 15 anos.



Conselho de consumidores

Em 2023 a Pacto Energia promoveu a implantação do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica da distribuidor, sendo um passo significativo na promoção da transparência, responsabilidade e participação democrática nas questões relacionadas ao fornecimento de energia elétrica. O conselho tem como objetivo principal representar os interesses dos consumidores, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas nas decisões das concessionárias de energia.

A formação do Conselho de Consumidores é composta por membros que representam diferentes segmentos da sociedade, como consumidores residenciais, comerciais, industriais e rurais, visando assegurar que todos os grupos de consumidores tenham uma representação

justa e equilibrada.

O papel do Conselho de Consumidores de Energia Elétrica é de suma importância. Ele atua na avaliação das políticas tarifárias, na fiscalização da qualidade do serviço prestado pelas concessionárias e na proposição de melhorias. Além disso, o conselho promove a educação e conscientização dos consumidores sobre seus direitos e deveres, bem como sobre o uso eficiente e sustentável da energia.

Contexto tributário

Lei Complementar nº 194/2022 aprovou a limitação da cobrança de ICMS sobre energia elétrica, combustíveis, comunicações e transporte coletivo, sendo considerados bens e serviços essenciais e indispensáveis, resultando na redução da alíquota, no Paraná especificamente, de 29% para 18%. O maior impacto desta LC para o setor de energia elétrica foi a não aplicação do ICMS sobre a TUSD e Encargos.

Em fevereiro/2023, o STF concedeu aos Estados, em decisão liminar, a suspensão do artigo 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluiu tais itens da parcela tributada da fatura de energia elétrica e que, na prática reestabeleceu a tributação do ICMS sobre os referidos serviços e encargos setoriais. Em 03 de março de 2023, a medida liminar foi referendada pelo Plenário do STF.

Eletroposto

Os eletropostos é um local específicos onde os proprietários de veículos elétricos podem conectar seus carros para recarregar as baterias. A energia disponibilizada para recarga é gratuita e é gerada por um sistema fotovoltaico. Essas estações são essenciais para facilitar a adoção de veículos elétricos, uma vez que fornecem uma infraestrutura de carregamento.

Os eletropostos são fundamentais para aumentar a conveniência e a viabilidade dos veículos elétricos, incentivando mais pessoas a adotarem essa forma de mobilidade mais sustentável e amiga do meio ambiente. O crescimento da infraestrutura de carregamento é uma preocupação importante para a adoção em massa de veículos elétricos em todo o mundo.

Veículos 100% elétricos

No exercício de 2022, a frota da Forcel foi totalmente eletrificada, sendo os veículos a combustão, substituídos por veículos de mesma capacidade, porém reduzindo as emissões de gases poluentes.

Os veículos elétricos estão ganhando cada vez mais notoriedade em todo o mundo devido aos benefícios ambientais que oferecem, como a redução das emissões de gases de efeito estufa e poluentes locais, contribuindo para melhorar a qualidade do ar nas áreas urbanas. Além disso, à medida que a tecnologia avança e as infraestruturas de recarga se expandem, a autonomia e a conveniência dos veículos elétricos estão aumentando, tornando-os uma opção mais viável para muitos consumidores.

Investimentos

Em 2023, os investimentos da Pacto Energia, importaram em R\$ 2,2 milhões, segregados conforme tabela abaixo. A principal destinação dos recursos foi em linhas e redes, alinhado ao desenvolvimento do projeto Potencializa Coronel Vivida, com foco na melhoria contínua na prestação de serviços.

INVESTIMENTO	2023	2022
Equipamento geral	293.619,53	193.307,48
Equipamento geral - adm.	60.465,37	486.518,05
Intangível	-	243.329,32
Linhas e redes	1.452.996,00	206.794,64
Linhas e redes de distribuição aérea	70.247,76	-
Medidores	158.930,08	534.368,13
Terrenos, edificações, obras civis e benfeitorias	114.834,00	36.484,10
Usina	-	329.374,62
Veículos	71.975,82	1.131.191,60
Total Geral	2.223.068,56	3.161.367,94

COMPROMISSO ESG

Colaboradores

A Pacto Energia encerrou o ano de 2023 com 26 colaboradores. As mulheres representam 37,5% do quadro funcional e ocupam 3 dos 8 cargos de gestão da empresa.

Indicadores do Corpo Funcional	2023	2022
	Nº de empregados	Nº de empregados
Nº de empregados ao final do exercício	26	27
Nº de empregados terceirizados	-	2
Escolaridade dos empregados:	-	-
Superior e extensão universitária	15	17
2º Grau	10	9
1º Grau	1	1
Faixa Etária dos empregados:	-	-
Abaixo dos 30 anos	8	8
De 30 até 45 anos (inclusive)	9	9
Acima de 45 anos	9	10
Admissões durante o período	6	7
Demissões durante o período	4	1
Nº de mulheres que trabalham na empresa	9	9
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	37,5	37,5
Estagiários	-	-
Menor aprendiz	-	-

A evolução salarial ocorre através do acordo coletivos anual. Também, são incorporados a remuneração adicional de produtividade proporcional ao tempo de trabalho. O Plano de Benefícios oferecido têm como objetivo atrair, reter e motivar os colaboradores, sendo oferecidos plano de saúde com assistência médica e hospitalar, auxílio educação, auxílio alimentação e seguro de vida.

BASE DE CÁLCULO	2023			2022		
Receita Líquida	24.871.612			24.701.033		
Lucro Operacional	645.962			1.336.350		
Folha de pagamento bruta	1.942.670			2.673.190		
INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (R\$ mil)	% Sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% Sobre FPB	% sobre RL
Auxílio alimentação/Transporte	179.550	9%	0,72%	158.513	6%	0,64%
Encargos sociais (sem diretoria)	852.933	44%	3,43%	663.563	25%	2,69%
Seguro de Vida e Plano de Saúde	231.624	12%	0,93%	196.074	7%	0,79%
Seg. e Medicina do Trabalho	3.341	0%	0,01%	4.076	0%	0,02%
Educação	17.655	1%	0,07%	15.665	1%	0,06%
Ajuda de custos e doações	108.540	6%	0,44%	61.540	2%	0,25%
Capacitação e Desenvolvimento	17.834	1%	0,07%	56.370	2%	0,23%
Total	1.411.477	73%	5,7%	1.155.801	43%	5%

Relações trabalhistas

A Pacto Energia se relaciona com o sindicato representativo da classe de trabalhadores, a fim de negociar condições de trabalho, salários, benefícios e outras questões laborais, buscando

sempre melhorar as condições para os empregados.

Uma boa relação entre empresa e sindicato resulta em acordos coletivos justos, promovendo um clima organizacional positivo, onde os trabalhadores se sentem valorizados e ouvidos. Isso contribui para a motivação e o engajamento da equipe, refletindo diretamente na qualidade dos serviços oferecidos pela empresa.

Desenvolvimento de pessoas

A Pacto Energia possui como estratégia da gestão de pessoas, incentivar e promover a educação e o desenvolvimento dos empregados, contando com um corpo profissional qualificado e permitindo que todos exerçam seu potencial em ambiente propício ao desenvolvimento de suas habilidades e à evolução em sua carreira.

A empresa promove diversas ações de desenvolvimento, organizadas em treinamentos destinados a capacitação básica para o exercício da função, treinamentos obrigatórios destinados a realização de atividades específicas e treinamentos para aperfeiçoamento pessoal/profissional.

Responsabilidade Social

Cada vez mais, a Pacto Energia vem reforçando seu papel de Empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, descarbonização, proporcionando investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

Projeto Natal Iluminado

Objetivando promover a arrecadação de presentes de Natal para as crianças cadastradas no projeto social “Criança Feliz” do município de Coronel Vivida/PR, este projeto abrangeu crianças cujas famílias recebem auxílios de políticas públicas. Em dezembro de 2023 foram acolhidas 126 famílias, abrangendo um total de 258 crianças através das “cartinhas ao Papai Noel”, onde as crianças deixaram na árvore de Natal localizada na agência da Pacto Energia seus presentes desejados.





O projeto de Natal solidário realizou a entrega de presentes para muitas crianças e suas famílias. A ação, que contou com a colaboração dos colaboradores da Pacto Energia e principalmente de doadores, foi planejada com o objetivo de proporcionar um Natal mais feliz e cheio de esperança para as famílias carentes.

A preparação para a entrega começou semanas antes, com a arrecadação de brinquedos, roupas e alimentos. Os voluntários do projeto se dedicaram a separar, embalar e organizar os presentes, garantindo que cada item fosse cuidadosamente preparado para levar felicidade a quem mais precisa. A comunidade local também participou ativamente, contribuindo com doações.

Projeto doação na fatura de energia, APAE / APMI / AVPA/IMNV

O projeto foi desenvolvido com objetivo de promover a arrecadação de forma contínua de doações as instituições diretamente na fatura de energia. São beneficiários desse programa as instituições:

- APAE – Associação de pais e amigos do Excepcionais
- APMI - Associação de proteção a maternidade e a infância
- AVPA – Associação vividense de proteção animal
- IMNV – Instituto médico nossa vida

Foram registradas 4.562 doações com valores diversos no ano de 2023, totalizando uma arrecadação de R\$ 28.207,50, repassados integralmente às instituições





PACTO ENERGIA
DISTRIBUIÇÃO PARANÁ

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

31 de dezembro de 2023
com relatório do auditor independente

Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	
1 Contexto operacional	10
2 Setor elétrico no Brasil	11
3 Políticas contábeis	12
3.1 Declaração de conformidade	12
3.2 Base de elaboração	12
3.3 Ativos e passivos regulatórios	12
3.4 Imobilizado	12
3.5 Demonstrações de fluxo de caixa	14
3.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023	14
3.7 Pronunciamentos novos ou normas emitidas, mas ainda não vigentes	15
4 Caixa e equivalentes de caixa	16
5 Consumidores	17
6 Partes relacionadas	18
7 Tributos compensáveis	18
8 Ativos e passivos financeiros setoriais	19
9 Imobilizado e intangível	25
10 Fornecedores	30
11 Tributos a recolher	30
12 Encargos setoriais	30
13 Consumidores – item financeiro tarifário	30
14 Outros passivos circulantes	31
15 Obrigações vinculadas à concessão	31
16 Patrimônio líquido	38
17 Receita operacional	39
18 Pessoal e administradores	40
19 Serviços de terceiros	40
20 Outras receitas operacionais líquidas	40
21 Resultado financeiros	41
22 Imposto de renda e contribuição social	41
23 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societários	42
24 Conciliação do resultado do exercício regulatório e societário	44
25 Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco	45
26 Contingências	46
27 Seguros	46
28 Eventos subsequentes	46

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Sócios e Administradores da
Força e Luz Coronel Vivida Ltda.
Coronel Vivida-PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“Empresa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n° 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Empresa elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 04 de outubro de 2024.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

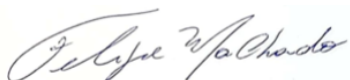
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 30 de dezembro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Felipe Machado Oliveira
Contador CRC GO-022208/O

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		7.425	8.642
Caixa e equivalentes de caixa	4	448	3.305
Consumidores	5	3.552	2.616
Concessionárias e permissionárias		5	-
Serviços em curso		139	-
Tributos compensáveis	7	184	63
Almoxarifado operacional		179	59
Ativos financeiros setoriais	8	1.069	2.268
Outros ativos circulantes		1.849	331
Não circulante		18.768	19.362
Tributos compensáveis	7	4.610	5.878
Depósitos judiciais e cauções		80	89
Outros ativos não circulantes		199	177
Imobilizado	9	13.700	12.990
Intangível	9	179	228
Total do ativo		26.193	28.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		17.592	19.819
Fornecedores	10	3.822	4.031
Empréstimos e financiamentos		262	262
Obrigações sociais e trabalhistas		398	296
Tributos a recolher	11	842	521
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		570	584
Encargos setoriais	12	1.101	717
Passivos financeiros setoriais	8	1.517	4.378
Consumidores – item financeiro tarifário	13	6.952	7.211
Outros passivos circulantes	14	2.128	1.819
Não circulante		2.843	2.679
Empréstimos e financiamentos		262	523
Tributos diferidos	22	695	1.001
Obrigações vinculadas à concessão	15	1.886	1.155
Patrimônio líquido		5.758	5.506
Capital social	16	7.257	7.257
Reavaliação regulatória		1.348	1.942
Prejuízos acumulados		(2.847)	(3.693)
Total do passivo e patrimônio líquido		26.193	28.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita operacional	17	40.881	42.635
Fornecimento de energia elétrica		11.607	18.159
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		20.818	16.397
Ativos e passivos regulatórios		3.736	3.457
Serviços cobráveis		174	91
Doações, contribuições e subvenções vinculadas		4.546	4.531
(-) Deduções da receita operacional		(10.089)	(12.630)
PIS		(498)	(494)
COFINS		(2.279)	(2.281)
ICMS		(7.312)	(9.814)
ISSQN		-	(41)
(-) Encargos - Parcela "A"		(5.921)	(5.399)
(-) Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(187)	(133)
(-) Programa de eficiência energética - PEE		(62)	(131)
Conta de desenvolvimento energético. - CDE		(5.640)	(5.108)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(32)	(27)
Consumidores livres desconto		-	-
Receita líquida		24.871	24.606
Custo das atividades operacionais			
Custos com energia elétrica para revenda		(9.390)	(8.355)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(7.782)	(7.141)
		(17.172)	(15.496)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		7.699	9.110
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(8.183)	(8.399)
Pessoal e administradores	18	(3.786)	(5.003)
Material		(624)	(566)
Serviços de terceiros	19	(2.394)	(1.969)
Arrendamentos e aluguéis		(344)	(193)
Seguros		(21)	(53)
Doações, contribuições e subvenções		(16)	-
Provisões		207	(121)
(-) Recuperação de despesas		65	313
Tributos		(45)	(77)
Depreciação e amortização		(874)	(463)
Gastos diversos		(351)	(267)
Outras receitas operacionais		1.597	943
Outras despesas operacionais		(273)	(258)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	1.324	685
Resultado da atividade		840	1.396
Resultado financeiro	21	67	708
Receitas financeiras		535	1.117
Despesas financeiras		(468)	(409)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		907	2.104
Imposto de renda e contribuição social	22	(51)	(720)
Correntes		(51)	(720)
Diferidos		-	-
Lucro líquido do exercício		856	1.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	856	1.384
Reserva de reavaliação	(564)	1.624
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	262	2.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.257	333	(5.102)	2.488
Remuneração das imobilizações em curso	-	1.634	-	1.634
Lucro líquido do exercício	-	-	1.384	1.384
Realização de bens em serviço	-	(25)	25	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.257	1.942	(3.693)	5.506
Lucro líquido do exercício	-	-	856	856
Reavaliação regulatória compulsória de imobilizado	-	(594)	-	(594)
Outros	-	-	(10)	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.257	1.348	(2.847)	5.758

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	907	2.104
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social com caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	768	463
Perdas de depreciação de VNR por baixas de bens não reversíveis	-	3
Juros e variações monetárias, líquidas	276	(2.128)
Amortização de ativos/passivos financeiros	(4.923)	-
Constituição de subsídios	(1.176)	-
Participação financeira do consumidor	-	(2)
Provisão para perdas créditos esperados	-	11
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	689	3.132
Baixas líquidas de obrigações vinculadas a concessão	-	(27)
Inventário de estoque - material em depósito	-	(551)
	(3.459)	3.005
Redução (aumento) dos ativos		
Consumidores	(936)	2.121
Estoques	(120)	(29)
Tributos compensáveis	1.147	(58)
Ativos financeiros setoriais	(774)	1.195
Depósitos judiciais	9	15
Outros créditos	(514)	(143)
	(1.188)	3.101
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(209)	(216)
Obrigações sociais e trabalhistas	102	-
Tributos a recolher	364	1.015
Encargos setoriais	384	(435)
Passivos financeiros setoriais	4.035	3.609
Outras obrigações	(177)	(4.352)
	4.499	(379)
Caixa gerado(utilizado) pelas atividades operacionais	(148)	5.727
Imposto de renda e contribuição social pagos	(94)	(678)
Caixa líquido gerado(utilizado) pelas atividades operacionais	(242)	5.049
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações em obrigações vinculadas a concessão	(42)	98
Aplicações no imobilizado	(2.239)	(5.296)
Aplicações no intangível	-	(228)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimento	(2.281)	(5.426)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Lucros distribuídos	-	(12)
Empréstimos e financiamentos pagos	(334)	-
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento	(334)	(12)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(2.857)	(389)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.305	3.694
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	448	3.305
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(2.857)	(389)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Força e Luz Coronel Vívuda Ltda. (“Pacto Energia”, “Empresa” ou “Concessionária”), concessionária de distribuição de energia elétrica, constituída sob a forma de quotas de responsabilidade limitada em 1º de setembro de 1959, tem por objetivo a produção, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica para o município de Coronel Vívuda, Estado do Paraná, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Concessões

Conforme 5º Termo Aditivo assinado em 09 de dezembro de 2015, a Concessionária detém a concessão até 07 de julho de 2045 para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no município de Coronel Vívuda, conforme discriminado no contrato de concessão nº 69/99, que lhe foi transferida pelo Decreto nº 68.871, de 5 de julho de 1.971, reagrupada por meio da Resolução ANEEL nº 219, de 25 de junho de 1.999.

Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía capital circulante líquido negativo de R\$ 10.167 (R\$ 11.177 em 31 de dezembro de 2022), decorrente, principalmente, do reconhecimento do crédito tributário decorrente de ação judicial transitada em julgado referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e seus efeitos, o qual originou obrigações de ressarcir os consumidores em montantes proporcionais ao crédito reconhecido. Em agosto de 2023, foi homologado o processo de revisão tarifária pela ANEEL, Nota técnica nº 77/2023-STR/ANEEL. Durante o exercício de 2023, o montante de R\$ 2.609 foi ressarcido aos consumidores via processo de revisão tarifária. A administração tem a expectativa de que o saldo de R\$ 4.788 será amortizado no ciclo de revisão tarifária de 2023 (que dura em média, 4 anos).

Além disso, no grupo de fornecedores, há um saldo aberto de R\$2.751 relacionado a um contrato de compra de energia, resultado do não cumprimento de obrigações contratuais. Embora o passivo seja de curto prazo, a administração considera que a liquidação pode ser postergada em função do rolamento processual, proporcionando maior flexibilidade no fluxo de caixa da Empresa.

Há também um saldo de R\$1.040 no grupo de compra de energia de microgeração, que será compensado com contas a receber proveniente de transações com consumidores de energia, sem previsão de liquidação em caixa. Além disso, existe um passivo de R\$570 referente a dividendos declarados e juros sobre capital próprio, cuja liquidação pode ser flexibilizada, já que a transação ocorre com os sócios.

O saldo de R\$1.123, referente à redução tarifária de 2022/2023, resulta da diferença entre a tarifa aplicada e a homologada, após o reajuste tarifário anual de -12,04% para alta tensão, e 0,75% para baixa tensão, conforme a NT 158/2022-SGT e a resolução homologatória 3.096. Embora o passivo possa ser exigido a curto prazo, a administração prevê que o desembolso ocorrerá em períodos posteriores.

A Pacto Energia está passando por um processo de reestruturação de sua estrutura de capital para fortalecer sua posição financeira e garantir a sustentabilidade a longo prazo. Esse movimento estratégico é essencial para enfrentar os desafios do setor de distribuição de energia e continuar investindo em infraestrutura crítica. Como parte da reestruturação, a administração está revisando a redução de custos fixos, o que permitirá o direcionamento de recursos para melhorias operacionais e expansão da rede de distribuição. Além disso, com base na resolução homologatória nº 3.375, de 20 de agosto de 2024, as tarifas foram reajustadas em uma média de 0,92%, sendo aplicáveis aos consumidores e agentes atendidos pela distribuidora. As novas tarifas estão vigentes de 26 de agosto de 2024 a 25 de agosto de 2025.

A administração entende que a geração de caixa da Empresa neste mesmo período, reverterá a posição do capital circulante líquido demonstrada em 31 de dezembro de 2023, bem como irá gerar caixa adicional para a Empresa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis Regulatórias determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Empresa. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumarizadas nas notas explicativas nº 23 e nº 24 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

3.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis Regulatórias. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias e societárias da Empresa. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis para fins Regulatórios não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam nas notas 23 e 24, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas e apresentadas nas demonstrações contábeis societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Aprovação das demonstrações contábeis regulatórias

A emissão dessas demonstrações contábeis regulatórias foi aprovada de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 30 de dezembro de 2024.

3.3. Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação da Aneel, a Empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatórios serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

3.4. Imobilizado

a. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido do valor de reavaliação registrado após laudo de ativos em fevereiro de 2021. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

b. Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Empresa agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o

montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Empresa tem incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível

c. Obrigações vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores da Concessionária para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

d. Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº.15. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Conforme o MCSE, item 6.3.6, imobilizado, deve ser aplicada a reavaliação compulsória do imobilizado das Outorgadas que atuam em distribuição, geração e transmissão de energia, as quais possuem revisão tarifária. A reavaliação deverá ser aplicada de acordo com a metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR. A reavaliação homologada pelo Órgão Regulador será reconhecida contabilmente para fins regulatórios.

Para o exercício de 2023, a partir do novo laudo da revisão tarifária periódica (RTP), processo 48581.001240/2021-00 da nota técnica 180/2021, que estabeleceu os valores da nova base de remuneração, o saldo do imobilizado, tributos diferidos e resultado refletem os efeitos da aplicação desse novo valor homologado.

e. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que isoladamente represente 20% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

3.5. Demonstrações de fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudança sem políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Empresa.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, pois a Empresa não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Pronunciamentos novos ou normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Empresa está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contas bancárias à vista	416	184
Aplicações financeiras - equivalentes de caixa (a)	32	3.121
	<u>448</u>	<u>3.305</u>

(a) Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários, com um prazo de 12 meses para o resgate, sendo remunerados a uma taxa média de 98% do CDI em 2023 e entre 95% e 100% do CDI em 2022.



Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Consumidores

A composição de saldo de consumidores no exercício de 2023, bem como a abertura de saldo é a seguinte:

	Valores correntes							Valores renegociados				TOTAL 2023	TOTAL 2022
	Corrente a vencer		Corrente vencida					Renegociada a vencer		Renegociada vencida			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PCLD	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de energia	2.744	-	616	3	2	34	(35)	-	149	-	-	3.513	2.586
Residencial	842	-	232	2	1	14	(15)	-	-	-	-	1.076	793
Industrial	1.165	-	214	-	-	-	-	-	149	-	-	1.528	987
Comercial	421	-	87	1	1	16	(16)	-	-	-	-	510	436
Rural	186	-	83	-	-	4	(4)	-	-	-	-	269	182
Poderes Públicos	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	74
Iluminação Pública	64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64	56
Serviço Público	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	50
Serviço Taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	30
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.783	-	616	3	2	34	(35)	-	149	-	-	3.552	2.616

A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes. A Empresa não possui concentração de cliente em sua receita, não possuindo nenhum cliente que represente 20% ou mais da receita anual.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:

- a. Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
- b. Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
- c. Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. As seguintes transações com as partes relacionadas foram realizadas durante o exercício:

Saldos patrimoniais passivos:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores	40	57
Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. (a)	40	57
Outros passivos circulantes	1.216	1.637
Serviços jurídicos (a)	1.216	1.637

Resultado

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas		
Fábio Berger - Aluguéis	-	(26)
Máxima FM Ltda. - Propaganda e publicidade (b)	(15)	(19)
	(15)	(45)

a. Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. inclui em seu quadro societário a Sra. Tatiane Berger, que é filha do Sr. Fábio Berger, administrador e sócio quotista da Concessionária. A contratação dos serviços pela Empresa está relacionada ao pagamento de honorários advocatícios.

b. Máxima FM Ltda. - integra o quadro societário da respectiva Empresa o Sr. Roberto Lang, administrador e quotista da Concessionária. As despesas referem-se a gastos com publicidade e propaganda.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e membros do Conselho Fiscal. Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração foi de R\$ 267 (2022: R\$ 448).

7. Tributos compensáveis

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldos por tributo		
Pis a compensar	269	447
COFINS a compensar	4.248	5.419
ICMS a compensar	93	12
Outros tributos a compensar	184	63
	4.794	5.941
Circulante	184	63
Não Circulante	4.610	5.878

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio de Mandado de Segurança 2007.70.00.019734-5, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 28 de março de 2019, em que, após o pedido de habilitação do crédito, passou a partir de 19 de junho de 2019, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Movimentação de tributos a recuperar - Não circulante		
Saldo inicial	5.878	7.223
Correção monetária	625	754
Compensação com débitos tributários	(1.974)	(2.111)
Outros tributos estaduais	81	12
Saldo final	4.610	5.878

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 26/08/2023 a 26/07/2024, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período. A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em agosto de 2023, logo após o final da vigência do índice de reajuste tarifário.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Empresa transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado; à medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Não tivemos diferimento de reajustes tarifários em nossa Empresa nos exercícios de 2023 e 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais em 2023, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2023	Valores em Amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA Ativa	2.128	68	(1.813)	23	44	450	227	223	450	-
Aquisição de energia - (CVA energia)	1.048	36	(832)	15	-	267	167	100	267	-
Custo da energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	169	(43)	(126)	-	-	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	11	(11)	(5)	-	5	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	73	46	(60)	2	-	61	28	33	61	-
ESS	158	142	(204)	6	-	102	32	70	102	-
CDE	669	(102)	(586)	-	39	20	-	20	20	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	140	638	(160)	1	-	619	126	493	619	-
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia	140	(113)	-	1	-	28	28	-	28	-
Bandeiras tarifárias	-	90	(90)	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	661	(70)	-	-	591	98	493	591	-
(-) Provisão red. valor recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ativos financeiros setoriais	2.268	706	(1.973)	24	44	1.069	353	716	1.069	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais no exercício de 2022, bem como a abertura de saldo é a seguinte:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA Ativa	2.976	(1.355)	(2.282)	-	2.789	2.128	1.693	435	2.128	-
Aquisição de energia - (CVA energia)	-	295	(1.180)	-	1.933	1.048	714	334	1.048	-
Custo da energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	2.908	(2.376)	(363)	-	-	169	169	-	169	-
Transporte rede básica	25	10	(24)	-	-	11	5	6	11	-
Transporte de Energia - Itaipu	43	79	(49)	-	-	73	40	33	73	-
ESS	-	(299)	(150)	-	607	158	181	(23)	158	-
CDE	-	936	(516)	-	249	669	584	85	669	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	436	41	(105)	16	(248)	140	62	78	140	-
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	436	320	(75)	15	(696)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia	-	190	(51)	1	-	140	62	78	140	-
Bandeiras tarifárias	-	7	(7)	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(476)	28	-	448	-	-	-	-	-
(-) Provisão red. valor recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ativos financeiros setoriais	3.412	(1.314)	(2.387)	16	2.541	2.268	1.755	513	2.268	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de passivos financeiros setoriais em 2023, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência (b)	Saldo em 31/12/2023	Valores em Amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA ativa	-	(86)	62	(4)	(88)	(116)	(87)	(29)	(116)	-
Aquisição de energia - (CVA energia)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(67)	47	(3)	(43)	(66)	(66)	-	(66)	-
Transporte rede básica	-	(3)	-	-	(8)	(11)	-	(11)	(11)	-
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	(16)	15	(1)	(37)	(39)	(21)	(18)	(39)	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	(4.378)	(1.574)	6.834	(78)	(2.205)	(1.401)	(1.010)	(391)	(1.401)	-
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(30)	(1.217)	271	(45)	-	(1.021)	(632)	(389)	(1.021)	-
Sobrecontratação de Energia	-	(1)	-	(1)	-	(2)	-	(2)	(2)	-
Bandeiras tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (a)	(4.348)	(356)	6.563	(32)	(2.205)	(378)	(378)	-	(378)	-
(-) Provisão red. valor recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	(4.378)	(1.660)	6.896	(82)	(2.293)	(1.517)	(1.097)	(420)	(1.517)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de passivos financeiros setoriais no exercício de 2022, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA ativa	(129)	(481)	610	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de energia - (CVA energia)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	-	(454)	454	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	(129)	(27)	156	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	(1.713)	(6.181)	3.134	(36)	418	(4.378)	(4.348)	(30)	(4.378)	-
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	-	(30)	-	-	-	(30)	-	(30)	(30)	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (a)	(1.713)	(6.151)	3.134	(36)	418	(4.348)	(4.348)	-	(4.348)	-
(-) Provisão red. valor recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	(1.842)	(6.662)	3.744	(36)	418	(4.378)	(4.348)	(30)	(4.378)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Os saldos de “outros ativos” e “outros passivos” financeiros setoriais são compostos pelos seguintes itens:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outros ativos financeiros setoriais	591	-
Ativo financeiro - CUSD	98	-
IF PIS/COFINS 23/24 em processo de prescrição.	493	-
Outros passivos financeiros setoriais	(378)	(4.348)
Ultrapassagem de demanda	(113)	(46)
Excedente reativo	(212)	(132)
Demais passivos financeiros - DESPACHO 1959/22	(4)	(505)
Demais passivos financeiros - DSP 1120/23	(49)	-
Devolução de crédito pi/cofins - s/base ICMS	-	(3.665)

(b) A movimentação de transferências resulta principalmente do reajuste tarifário de 2023, no qual a Empresa incluiu na base de reajuste parte dos créditos de PIS e COFINS já habilitados e aproveitados, além de uma estimativa de aproveitamento futuro. O saldo foi transferido de outros passivos circulantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado e intangível

Por natureza, o imobilizado da Empresa em 2023 está constituído da seguinte forma:

Ativo imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Distribuição	25.835	2.167	(532)		5	27.153	1.640	(16.348)	10.805	9.795
Terrenos	713	41	-	-	-	754	41	-	754	714
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.498	74	-	-	-	2.572	74	(2.410)	162	99
Máquinas e equipamentos	21.363	1.975	(532)	5	(320)	22.491	1.448	(13.698)	8.793	7.792
Veículos	1.131	72	-	-	-	1.203	72	(174)	1.029	1.125
Móveis e utensílios	130	5	-	-	(2)	133	5	(66)	67	65
Administração	1.217	56	(21)		(19)	1.233	35	(247)	986	997
Terrenos	442	-	-	-	-	442	-	-	442	442
Edificações, obras civis e benfeitorias	66	-	-	-	-	66	-	(42)	24	26
Máquinas e equipamentos	133	12	(16)	-	(15)	114	(4)	(36)	78	72
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	576	44	(5)	-	(4)	611	39	(169)	442	457
Subtotal	27.052	2.223	(553)	5	(341)	28.386	1.675	(16.595)	11.791	10.792

Ativo imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Distribuição	2.333	16	(136)		(5)	2.208	(125)	-	2.208	2.198
Máquinas e equipamentos	-	-	-	(5)	-	(5)	(5)	-	(5)	-
Outros	2.333	16	(136)	-	-	2.213	(120)	-	2.213	2.198
Administração	-	-	-		-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.333	16	(136)	(5)	-	2.208	(125)	-	2.208	2.198
Outros	-	-	(299)	-	-	(299)	(299)	-	(299)	-
Total do ativo imobilizado	29.385	2.239	(988)	-	(341)	30.295	910	(16.595)	13.700	12.990

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Por natureza, o intangível da Empresa em 2023 está constituído da seguinte forma:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	693	-	-	-	-	693	-	(514)	179	228
Softwares	693	-	-	-	-	693	-	(514)	179	228
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	693	-	-	-	-	693	-	(514)	179	228
Total do ativo intangível	693	-	-	-	-	693	-	(514)	179	228

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por natureza, o imobilizado da Empresa em 2022 está constituído da seguinte forma:

Ativo imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências(C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Geração	388	451	(715)	139	-	263	(125)	(263)	-	135
Terrenos	1	-	(1)	-	-	-	(1)	-	-	1
Reservatórios e barragens	40	-	(14)	-	-	26	(14)	(26)	-	14
Edificações, obras civis e benfeitorias	59	207	(217)	-	-	49	(10)	(49)	-	12
Máquinas e equipamentos	283	234	(473)	139	-	183	(100)	(183)	-	108
Móveis e utensílios	5	10	(10)	-	-	5	-	(5)	-	-
Distribuição	13.524	2.808	(1.570)	539	12.250	27.551	1.777	(17.756)	9.795	6.444
Terrenos	350	22	-	-	342	714	22	-	714	350
Edificações, obras civis e benfeitorias	309	22	-	-	2.167	2.498	22	(2.399)	99	52
Máquinas e equipamentos	10.979	1.177	(982)	539	9.707	21.420	734	(13.628)	7.792	5.807
Veículos	1.787	1.426	(494)	-	-	2.719	932	(1.594)	1.125	234
Móveis e utensílios	99	161	(94)	-	34	200	67	(135)	65	1
Administração	638	584	(85)	(58)	531	1.610	441	(613)	997	178
Terrenos	44	-	-	(3)	401	442	(3)	-	442	44
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	3	63	66	3	(40)	26	-
Máquinas e equipamentos	110	46	-	-	26	182	46	(110)	72	27
Veículos	395	-	(85)	-	-	310	(85)	(310)	-	101
Móveis e utensílios	89	538	-	(58)	41	610	480	(153)	457	6
Subtotal	14.550	3.843	(2.370)	620	12.781	29.424	2.093	(18.632)	10.792	6.757
Ativo imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências(C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Distribuição	1.592	1.453	(720)	(678)	-	1.647	55	-	1.647	1.592
Outros	1.592	1.453	(720)	(678)	-	1.647	55	-	1.647	1.592
Subtotal	1.592	1.453	(720)	(678)	-	1.647	55	-	1.647	1.592
Outros	-	-	551	-	-	551	551	-	551	-
Total do ativo imobilizado	16.142	5.296	(2.539)	(58)	12.781	31.622	2.699	(18.632)	12.990	8.349

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por natureza, o intangível da Empresa em 2022 está constituído da seguinte forma:

Intangível -	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	227	(41)	58	157	401	244	(173)	228	-
Softwares	-	227	(41)	58	157	401	244	(173)	228	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	227	(41)	58	157	401	244	(173)	228	-
Total do ativo intangível	-	227	(41)	58	157	401	244	(173)	228	-

As depreciações são calculadas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 367/2009 atualizadas peças resoluções nº 474/12 e 674/15. Assim sendo, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais bens e instalações são depreciados pelas taxas anuais a seguir:

Distribuição

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67%
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67%
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57%
Estrutura do sistema (poste)	3,57%
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35%
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35%

Administração central

Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada dos bens integrantes da concessão para efeitos de determinação da tarifa, bem como para a apuração da indenização no vencimento da concessão.

Nos exercícios de 2023 e 2022 não houve capitalização de custos de empréstimos. A Empresa utiliza recursos próprios para os investimentos nas atividades da concessão

No ano de 2021 foi realizada a Quinta Revisão Tarifária Periódica, a qual homologou uma nova BRR (base de remuneração regulatória) para os ativos. Com base no processo: 48500.004628/2020-21 da nota técnica nº 139/2021-SFF/ANEEL, a ANEEL estabeleceu os valores de referência para da Base de Remuneração. Desse modo, foram realizados ajustes contábeis e no respectivo controle patrimonial regulatório de acordo com a homologação desta base remuneratória quando da publicação da respectiva resolução.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Valor
FLIR T530 DFOV (14° - 24°), 320x240, -20°C a + 1200°C	95
RELIGADOR AUTOMATICO TRIFASICO 15kV, 16kA, 800A - NOJA POWER	91
RELIGADOR AUTOMATICO TRIFASICO 15kV, 16kA, 800A - NOJA POWER	90
RELIGADOR AUTOMATICO TRIFASICO 15kV, 16kA, 800A - NOJA POWER	76
RELIGADOR AUTOMATICO TRIFASICO 15kV, 16kA, 800A - NOJA POWER	73
RELIGADOR AUTOMATICO TRIFASICO 15kV, 16kA, 800A - NOJA POWER	72
RELIGADOR AUTOMATICO TRIFASICO 15kV, 12,5kA, 630A - COOPER	71
RELIGADOR AUTOMATICO TRIFASICO 15kV, 12,5kA, 630A - COOPER	48
KIT CAIXAS FERRAMENTAS E PORTA ESCADAS	45
TERRENO URBANO SOB N	41

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Valor
RELIGADOR TRIFASICO 400A	45
RELIGADOR TRIFASICO 400A	43
RELIGADOR TRIFASICO 400A	43
RELIGADOR NOVA 15-VBS 12.5KA CONTROLE F6P	33
RELIGADOR NOVA 15-VBS 12.5KA CONTROLE F6P	29
RELIGADOR - 2005	9
TRANSF. POTENC 13,8kV 13,8 kV / 115 / 115/v3 0,3P75 EXT	5
MEDIDOR BIFASICO LANDIS GYR E450-B1C23 3 FIOS	4
MEDIDOR ELETROMECHANICO TRIFASICO	2
CAPACITOR 200KV 60HZ	2

10. Fornecedores

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores de energia elétrica	3.351	3.487
Fornecedores de materiais e serviços	471	544
	3.822	4.031

11. Tributos a recolher

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRPJ	-	29
CSLL	-	14
PIS	20	28
COFINS	92	118
ICMS	710	314
ISS	7	7
OUTROS	13	11
	842	521

12. Encargos setoriais

As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher correspondentes aos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas pela legislação:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta de desenvolvimento energético - CDE	516	461
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	390	256
Programa de eficiência energética	95	-
Outros	100	-
	1.101	717

13. Consumidores – item financeiro tarifário

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Compra de energia microgeração	1.041	540
Consumidores PIS/COFINS a compensar	4.788	6.336
Redução tarifária 22/23	1.123	335
	6.952	7.211

A partir da lei 14.385 de 27 de junho de 2022, que define que os valores pagos a maior pelos consumidores de energia pela incidência de ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS a compensar refere-se ao saldo total do crédito, pertencente ao consumidor, que é corrigido mensalmente através da Selic, e está à disposição para transferência para passivos financeiros setoriais a título de composição das revisões tarifárias seguintes.

14. Outros passivos circulantes

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conselho de consumidores	41	-
Honorários advocatícios (i)	1.216	1.637
Subsídios CDE – ciclo 2022/2023	640	-
Outros (ii)	231	182
	<u>2.128</u>	<u>1.819</u>

(i) Os honorários advocatícios estão sendo liquidados conforme o uso do crédito tributário de PIS e COFINS, obtido com o auxílio do consultor jurídico, com uma parte significativa já paga. A administração estima que o valor total será quitado até 31 de dezembro de 2024, seguindo o planejamento financeiro e o cronograma estabelecido.

(ii) Os saldos referem-se, predominantemente, a repasses de convênios para iluminação pública e para entidades privadas.

15. Obrigações vinculadas à concessão

Os montantes representam os valores atrelados à participação financeira do consumidor, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Conforme a resolução normativa nº 1000/2021 a distribuidora deve atender gratuitamente às solicitações de fornecimento para unidades consumidoras conforme seção XVI – Da conexão gratuita. Portanto a participação financeira do consumidor consiste em bens e instalações oriundos de obras de atendimento previstos na Capítulo II – Da Conexão, Seções XVII e XVIII da resolução normativa nº 1000/2021 sendo assim arcada parcial ou totalmente pelo consumidor. Os bens e instalações oriundo das obras devem ser cadastrados e incorporados no ativo imobilizado em serviço da distribuidora e reconhecidos no grupo de outros passivos não circulantes, conforme orienta o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Segue a composição dessas obrigações.

Força e Luz Coronel Vívica Ltda. | Demonstrações Regulatórias | 31 de dezembro de 2023
Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A abertura do saldo das obrigações especiais no exercício de 2023 é a seguinte:

Obrigações especiais	Depreciação taxa média anual	Custo histórico	Correção monetária especial	Reavaliação	Total
Em serviço	7,50%	(1.671)	-	(1.864)	(3.535)
Participação financeira do consumidor	3,77%	(910)	-	(1.014)	(1.924)
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	3,73%	(761)	-	(850)	(1.611)
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização serv. púb. de energia elétrica	-	-	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	-	-	-	-	-
Valores não aplicados	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
(-) Amortização acumulada - AIS	-	632	-	1.017	1.649
Participação financeira do consumidor	-	451	-	553	1.004
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	-	181	-	464	645
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização serv. púb. de energia elétrica	-	-	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	-	-	-	-	-
Valores não aplicados	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Total		(1.039)	-	(847)	(1.886)

Força e Luz Coronel Vívda Ltda. | Demonstrações Regulatórias | 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Obrigações especiais	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	(1.714)	(42)	-	85	(1.864)	(3.535)	43	1.649	(1.886)	(1.155)
Participação financeira do consumidor	(905)	(24)	-	19	(1.014)	(1.924)	(5)	1.004	(920)	(495)
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	(761)	-	-	-	(850)	(1.611)	-	645	(966)	(613)
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	(50)	-	-	50	-	-	50	-	-	(49)
Universalização serv. púb. de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	4	(18)	-	14	-	-	(4)	-	-	4
Valores não aplicados	(2)	-	-	2	-	-	2	-	-	(2)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação financeira do consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização serv. púb. de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(1.714)	(42)	-	85	(1.864)	(3.535)	43	1.649	(1.886)	(1.155)
Obrigações especiais	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Em curso	2	(24)	-	22	-	-	(2)	-	-	-
Participação da união, estados e municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação financeira do consumidor	-	(24)	-	24	-	-	-	-	-	-
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização serv. púb. de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	4	-	-	(4)	-	-	(4)	-	-	2
Valores não aplicados	(2)	-	-	2	-	-	2	-	-	(2)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	(24)	-	22	-	-	(2)	-	-	-

No exercício de 2023 a Empresa não apresentou nenhuma baixa em obrigações especiais.

Obrigações especiais por data de aquisição:

Obrigações especiais	Valor bruto em 31/12/2023	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço	(3.535)	1.649	(1.886)
Participação da união, estados e municípios	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
Participação financeira do consumidor	(1.924)	1.004	(920)
Data de aquisição: anterior a 31/12/2015	(910)	451	(459)
Data de aquisição: 31/11/2023 - VNR	(1.014)	553	(461)
Data de aquisição: 31/12/2023	-	-	-
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	(1.611)	645	(966)
Data de aquisição: anterior a 31/12/2015	(761)	181	(580)
Data de aquisição: 31/11/2023 - VNR	(850)	464	(386)
Data de aquisição: 31/12/2023	-	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-
Universalização serv. púb. de energia elétrica	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	-	-	-
Valores não aplicados	-	-	-
Outros	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-
Outros	-	-	-
Total	(3.535)	1.649	(1.886)

Força e Luz Coronel Vívica Ltda. | Demonstrações Regulatorias | 31 de dezembro de 2023
Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A abertura do saldo das obrigações especiais no exercício de 2022 é a seguinte:

Obrigações especiais	Depreciação taxa média anual	Custo histórico	Correção monetária especial	Reavaliação	Total
Em serviço	7,50%	(1.714)	-	-	(1.714)
Participação financeira do consumidor	3,77%	(905)	-	-	(905)
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	3,73%	(761)	-	-	(761)
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	(50)	-	-	(50)
Universalização serv. púb. de energia elétrica	-	-	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	-	4	-	-	4
Valores não aplicados	-	(2)	-	-	(2)
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
(-) Amortização acumulada - AIS	-	559	-	-	559
Participação financeira do consumidor	-	410	-	-	410
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	-	148	-	-	148
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	1	-	-	1
Universalização serv. púb. de energia elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Total		(1.155)	-	-	(1.155)

Obrigações especiais	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	(1.645)	(96)	-	27	-	(1.714)	(69)	559	(1.155)
Participação financeira do consumidor	(884)	(40)	-	19	-	(905)	(21)	410	(495)
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	(761)	-	-	-	-	(761)	-	148	(613)
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	(50)	-	-	-	(50)	(50)	1	(49)
Universalização serv. públ. de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	-	(2)	-	6	-	4	4	-	4
Valores não aplicados	-	(4)	-	2	-	(2)	(2)	-	(2)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação financeira do consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização serv. públ. de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(1.645)	(96)	-	27	-	(1.714)	(69)	559	(1.155)

Obrigações especiais	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2022
Em curso	-	6	-	(8)	-	(2)	(2)	-	(2)
Participação da união, estados e municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação financeira do consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização serv. públ. de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	-	2	-	(6)	-	(4)	(4)	-	(4)
Valores não aplicados	-	4	-	(2)	-	2	2	-	2
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	6	-	(8)	-	(2)	(2)	-	(2)

No exercício de 2022 a Empresa não apresentou nenhuma baixa em obrigações especiais.

Obrigações especiais por data de aquisição:

Obrigações especiais - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2022	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	(1.666)	558	(1.108)
Participação da união, estados e municípios	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
Participação financeira do consumidor	(905)	410	(495)
Data de aquisição: anterior a 31/12/2015	(905)	410	(495)
Data de aquisição: 31/11/2022 - VNR	-	-	-
Data de aquisição: 31/12/2022	-	-	-
Doações e subv. a invest. no serviço concedido	(761)	148	(613)
Data de aquisição: anterior a 31/12/2015	(761)	148	(613)
Data de aquisição: 31/11/2022 - VNR	-	-	-
Data de aquisição: 31/12/2022	-	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento	(50)	1	(49)
Universalização serv. púb. de energia elétrica	-	-	-
Valores pendentes de recebimento	4	-	4
Valores não aplicados	(2)	-	(2)
Outros	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-
Outros	-	-	-
Total	(1.714)	559	(1.155)

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 7.256.534 (sete milhões duzentos e cinquenta e seis mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

Acionistas	Cotas	%
Adelio de Carli	5.376	0,074%
Alex Sandro Schiavini	461	0,006%
Antonio Martins Annibelli	821	0,011%
Apolonia Ivanir Decesaro	2.997	0,041%
Ceres Loures Martins	2.463	0,034%
Denite Maria Pizzatto	4.561	0,063%
Fabio Berger	3.042.206	41,924%
Gabriel Eduardo de Carli	5.375	0,074%
Gilberto Veraldo Schiavini	2.307	0,032%
Giovani Antonio Schiavini	461	0,006%
Helio de Carli	5.376	0,074%
Jones Mario de Carli	5.376	0,074%
Jose Antonio Tremea	6.907	0,095%
Jose Renato dos Santos Taborda Ribas	65	0,001%
Julio Cesar Prestes Schiavini	461	0,006%
Loris de Carli	5.376	0,074%
Madeiraira Serbema Ltda	31.342	0,432%
Maria Salete Manique Barreto	2.307	0,032%
Marly de Lordes Schiavini Grahl	2.307	0,032%
Município de Coronel Vivida	972.199	13,398%
Neri de Carli	5.376	0,074%
Neusa Evanir Gugik	4.431	0,061%
Pedro Mezzomo	23.914	0,330%
Roberto Lang	655.116	9,028%
Rogério Raspol	52.849	0,728%
Rosani Raspol	7.688	0,106%
Roseli Raspol	7.688	0,106%
Teresinha Mezzomo	2.400.728	33,084%
Total	7.256.534	100,00%

b. Destinação dos lucros

Os lucros apurados após o término do exercício social serão repartidos entre os quotistas, proporcionalmente às quotas de cada um no capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve distribuição de lucros.

c. Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 não permite a reavaliação de bens. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

17. Receita operacional

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receita bruta						
Fornecimento - Faturado	8.655	8.505	33.792	32.293	22.380	29.156
Residencial	6.781	6.576	13.309	11.981	9.435	9.345
Industrial	133	239	4.828	4.652	2.954	9.055
Comercial	864	834	7.249	7.656	5.200	6.000
Rural	770	748	3.753	3.607	2.271	2.074
Poder público	94	97	1.413	1.186	1.002	921
Iluminação pública	1	1	1.595	1.671	699	865
Serviço público	12	10	1.645	1.540	819	896
Suprimento faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da rede elétrica de distribuição faturado	9	7	46.924	41.021	20.818	14.249
Consumidores cativos	-	-	-	-	10.495	8.688
Consumidores livres	9	7	46.924	41.021	10.323	5.561
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da rede elétrica de transmissão faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(10.773)	(8.850)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - Ultrapassagem demanda	-	-	-	-	(125)	(62)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - Excedente de reativos	-	-	-	-	(153)	(100)
(-) Trsf p/ obrig. Espec. do AIC - Difer. perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores cativos	-	-	-	-	(10.495)	(8.688)
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - Não faturado	-	-	-	-	8.456	8.080
Constituição e amortiz. - CVA ativa e passiva	-	-	-	-	(1.826)	2.746
Constituição e amortiz. - RTP diferimento ou devolução	-	-	-	-	(82)	764
Constituição e amortiz. - Demais ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	5.644	(52)
Serviços cobráveis	-	-	-	-	174	91
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	4.546	4.531
Total	8.664	8.512	80.716	73.314	40.881	42.635

O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438/02, criou a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando, entre outros, a garantia de recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, onde possibilita que os consumidores da classe residencial com consumo até 220 kWh/mensal usufruam de desconto na tarifa de energia, podendo chegar a 65%.

Com objetivos similares, o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Energia Solidária através da Lei 20.943/21, pelo qual os consumidores residenciais com consumo até 150 kWh/mês, classificados como baixa renda, e os consumidores residenciais rurais, têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado do Paraná.

Apresentamos a seguir o total de consumidores da Pacto Energia beneficiados pelos referidos Programas em 2023 e 2022:

	2023		2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Número de consumidores residenciais	6.198	92%	5.717	87%
Número de consumidores atendidos como "baixa renda"	352	3%	512	8%
Número de consumidores atendidos como luz fraterna	231	5%	347	5%
	6.781	100%	6.576	100%

18. Pessoal e administradores

	2023	2022
Pessoal e administradores		
Pessoal	(3.519)	(4.530)
Remuneração	(1.942)	(2.650)
Encargos	(853)	(900)
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício pós-emprego - Previdência privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	(140)	(395)
Participação nos lucros e resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	(584)	(529)
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	-	(56)
Administradores	(267)	(473)
Honorários e encargos (diretoria e conselho)	(267)	(448)
Benefícios dos administradores	-	(25)
Total	(3.786)	(5.003)

19. Serviços de terceiros

	2023	2022
Sistemas de informação	(763)	(488)
Correio e telefone	(68)	(24)
Serviços jurídicos	(15)	(31)
Consultoria e auditoria	(249)	(174)
Honorários contábeis externos	(143)	(36)
Assessoria técnica	(159)	(70)
Manutenção e conservação	(52)	(231)
Serviços terceiros técnicos administrativos	(904)	(637)
Uniforme e materiais de segurança	(2)	(32)
Gerenciamento energia elétrica na CCEE	-	(26)
Projetos e instalações e laudos técnicos	-	(62)
Fretes, passagens e viagens	(21)	(26)
Outros	(18)	(132)
	(2.394)	(1.969)

20. Outras receitas operacionais líquidas

	2023	2022
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		
Aluguéis	798	652
Ganhos no recebimento de precatórios	256	-
Recuperação de PIS e COFINS	-	(463)
Outras receitas	270	496
	1.324	685

21. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	198	266
Atualização monetária CVA	43	128
Outras receitas financeiras	294	723
	535	1.117
Despesas financeiras		
Atualização monetária CVA	-	(76)
Variações monetárias	(85)	(105)
Selic recuperação PIS/COFINS	(203)	(228)
Outras despesas financeiras	(180)	-
	(468)	(409)
Resultado financeiro	67	708

22. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	907	2.104
Ajustes efeitos IFRS	105	25
Lucro ajustado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.012	2.129
(Adições) exclusões, liquidadas	(712)	4
Compensação de prejuízo de exercício anterior	(90)	-
Base de cálculo fiscal	210	2.133
Despesa de IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(51)	(720)
IRPJ e CSLL correntes	(51)	(720)

Não houve movimentação do imposto de renda e contribuição social correntes com diferimento no exercício de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os tributos diferidos sobre a reavaliação de bens estão contabilizados sobre as seguintes bases:

	2023	2022
Reavaliação regulatória ativo imobilizado	(2.943)	(2.943)
Reavaliação regulatória obrigações especiais	899	-
Base de cálculo reavaliação regulatória	(2.044)	(2.943)
Provisão de IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(695)	(1.001)
IRPJ e CSLL diferidos	(695)	(1.001)

23. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Ativo	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE	7.425		7.425	8.642	-	8.642
Caixa e equivalente de caixa	448	-	448	3.305	-	3.305
Consumidores	3.552	-	3.552	2.616	-	2.616
Concessionárias e permissionárias	5	-	5	-	-	-
Serviços em curso	139	-	139	-	-	-
Tributos compensáveis	184	-	184	63	-	63
Almoxarifado operacional	179	-	179	59	-	59
Ativos financeiros setoriais	1.069	-	1.069	2.268	-	2.268
Outros ativos circulantes	1.849	-	1.849	331	-	331
NÃO CIRCULANTE	18.768	(3.800)	14.968	19.362	(4.098)	15.264
Tributos compensáveis	4.610	-	4.610	5.878	-	5.878
Depósitos judiciais e cauções	80	-	80	89	-	89
Outros ativos não circulantes	199	-	199	177	-	177
Ativo financeiro de concessão	(a)	706	706	-	505	505
Imobilizado	(b)	(13.659)	41	12.990	(12.990)	-
Intangível	(b)	9.153	9.332	228	8.387	8.615
Total do ativo	26.193	(3.800)	22.393	28.004	(4.098)	23.906
PASSIVO	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE	17.592	-	17.592	19.819	-	19.819
Fornecedores	3.822	-	3.822	4.031	-	4.031
Empréstimos e financiamentos	262	-	262	262	-	262
Obrigações sociais e trabalhistas	398	-	398	296	-	296
Tributos a recolher	842	-	842	521	-	521
Dividendos declarados e JCP	570	-	570	584	-	584
Encargos setoriais	1.101	-	1.101	717	-	717
Passivos financeiros setoriais	1.517	-	1.517	4.378	-	4.378
Consumidores – item financeiro tarifários	6.952	-	6.952	7.211	-	7.211
Outros passivos circulantes	2.128	-	2.128	1.819	-	1.819
NÃO CIRCULANTE	2.843	(2.581)	262	2.679	(2.156)	523
Empréstimos e financiamentos	262	-	262	523	-	523
Tributos diferidos	(c)	(695)	-	1.001	(1.001)	-
Obrigações vinculadas à concessão	(d)	(1.886)	-	1.155	(1.155)	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.758	(1.219)	4.539	5.506	(1.942)	3.564
Capital social	7.257	-	7.257	7.257	-	7.257
Reavaliação regulatória	(e)	(1.348)	-	1.942	(1.942)	-
Prejuízos acumulados	(f)	(2.847)	(2.718)	(3.693)	-	(3.693)
Total do passivo e patrimônio líquido	26.193	(3.800)	22.393	28.004	(4.098)	23.906

A seguir são detalhadas a natureza dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(a) Os ajustes são decorrentes do reconhecimento, na contabilidade societária, da parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, que não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Este reconhecimento, na contabilidade societária, foi realizado em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão. Para fins de contabilidade regulatória, esta prática não é adotada, gerando diferenças devido à bifurcação do saldo imobilizado e intangível regulatório entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível da concessão.

(b) Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros, ativo contratual e ativos intangíveis, devido à adoção do ICPC 01 para a contabilidade societária. A Empresa apurou o saldo do ativo financeiro, sendo o intangível apurado pela diferença entre o saldo contábil do imobilizado antes da bifurcação (“método do valor residual”) e o saldo do ativo financeiro. Os ativos classificados como intangíveis nas demonstrações contábeis societárias representam o direito da Empresa de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público e são amortizados de forma linear pela vida útil regulatória dos ativos ou pelo prazo remanescente do contrato de concessão, dos dois o menor. O ICPC 01 não é aplicado na contabilidade regulatória, gerando assim divergências entre as demonstrações societárias e as regulatórias.

(c) Os ajustes são decorrentes da incidência de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças das práticas na contabilidade societária e regulatória quanto ao reconhecimento da reserva de reavaliação regulatória compulsória.

(d) Os saldos das obrigações especiais são apresentados líquidos do ativo intangível de concessão, e na contabilidade regulatória a apresentação é segregada do imobilizado, sendo os saldos apresentados no passivo. Cabe destacar que para a contabilidade societária, o saldo das obrigações especiais, também foi bifurcado, pela adoção do ICPC 01. As diferenças na amortização são oriundas das diferenças das bases dos bens amortizados, visto que na contabilidade societária é reconhecida a amortização do ativo intangível de concessão (já bifurcado), e na contabilidade regulatória é reconhecida a depreciação do ativo imobilizado, incluindo a reserva de reavaliação regulatória.

(e) O saldo de reavaliação regulatória é decorrente dos ajustes de avaliação patrimonial resultantes do laudo de avaliação regulatório do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, não reconhecido na contabilidade societária.

(f) O ajuste de prejuízos acumulados refere-se às diferenças de resultado apuradas entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

24. Conciliação do resultado do exercício regulatório e societário

	2023			2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA OPERACIONAL	40.881	2.539	43.420	42.635	914	43.549
Fornecimento de energia elétrica	11.607	-	11.607	18.159	1	18.160
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	20.818	-	20.818	16.397	-	16.397
Ativos e passivos regulatórios	3.736	-	3.736	3.457	-	3.457
Serviços cobráveis	174	-	174	91	-	91
Doações, contribuições e subvenções vinculadas	4.546	-	4.546	4.531	-	4.531
Receita de construção (a)	-	2.539	2.539	-	913	913
(-) Deduções da receita operacional	(10.089)	-	(10.089)	(12.630)	-	(12.630)
PIS_PASEP	(498)	-	(498)	(494)	-	(494)
COFINS	(2.279)	-	(2.279)	(2.281)	-	(2.281)
ICMS	(7.312)	-	(7.312)	(9.814)	-	(9.814)
ISSQN	-	-	-	(41)	-	(41)
(-) Encargos - Parcela "A"	(5.921)	-	(5.921)	(5.399)	-	(5.399)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(187)	-	(187)	(133)	-	(133)
Programa de eficiência energética - PEE	(62)	-	(62)	(131)	-	(131)
Conta de desenvolv. energético. - CDE	(5.640)	-	(5.640)	(5.108)	-	(5.108)
Taxa de fisc. dos serv. de serv. de ener. elé - TFSE	(32)	-	(32)	(27)	-	(27)
Consumidores livres desconto	-	-	-	-	-	-
Receita líquida	24.871	2.539	27.410	24.606	914	25.520
Custo das atividades operacionais	(17.172)	(5.947)	(23.119)	(15.496)	(4.861)	(20.357)
Custos com energia elétrica para revenda	(9.390)	-	(9.390)	(8.355)	-	(8.355)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(7.782)	-	(7.782)	(7.141)	-	(7.141)
Custos de operação (d)	-	(3.408)	(3.408)	-	(3.948)	(3.948)
Custos de construção (a)	-	(2.539)	(2.539)	-	(913)	(913)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	7.699	(3.408)	4.291	9.110	(3.947)	5.163
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(8.183)	3.513	(4.670)	(8.399)	3.969	(4.430)
Pessoal e administradores	(3.786)	1.066	(2.720)	(5.003)	2.452	(2.551)
Material (d)	(624)	555	(69)	(566)	364	(202)
Serviços de terceiros (d)	(2.394)	877	(1.517)	(1.969)	670	(1.299)
Arrendamentos e aluguéis (d)	(344)	193	(151)	(193)	61	(132)
Seguros (d)	(21)	21	-	(53)	(10)	(63)
Doações, contribuições e subvenções	(16)	16	-	-	(4)	(4)
Provisões (d/c)	207	(135)	72	(121)	110	(11)
(-) Recuperação de despesas (d)	65	(33)	32	313	(282)	31
Tributos (d)	(45)	24	(21)	(77)	77	-
Depreciação e amortização (d/b)	(874)	764	(110)	(463)	400	(63)
Gastos diversos (d)	(351)	165	(186)	(267)	131	(136)
Outras receitas operacionais	1.597	-	1.597	943	-	943
Outras despesas operacionais	(273)	-	(273)	(258)	3	(255)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.324	-	1.324	685	3	688
Resultado da atividade	840	105	945	1.396	25	1.421
Resultado financeiro	67	-	67	708	-	708
Receita financeira	535	-	535	1.117	-	1.117
Despesa financeira	(468)	-	(468)	(409)	-	(409)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	907	105	1.012	2.104	25	2.129
Imposto de renda e contribuição social	(51)	-	(51)	(720)	-	(720)
Correntes	(51)	-	(51)	(720)	-	(720)
Diferidos	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício (b)	856	105	961	1.384	25	1.409

A seguir são detalhadas a natureza dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(a) Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Desta forma, a receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Estes valores são de reconhecimento obrigatório pela ITG 01 (R1) – Contratos de Concessão, não sendo adotadas, no entanto, para fins da contabilidade regulatória.

(b) Os ajustes decorrem da Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória, na qual os valores das cotas de depreciação referentes à reavaliação regulatória compulsória realizadas no exercício de 2023 possuem efeitos que não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

(c) Os ajustes decorrem da reversão de paridade de almoxarifado, em que o valor de NRV (Net Realizable Value) é reconhecido apenas na Contabilidade Societária, uma vez que, na Contabilidade Regulatória, os valores dos ativos são sujeitos à Reavaliação Regulatória Compulsória a cada ciclo de Revisão Tarifária.

(d) Os ajustes resultam da reclassificação de custos, originalmente categorizados com base em sua função na contabilidade societária, para sua classificação como custos gerenciáveis parcela B na contabilidade regulatória. Entre as principais categorias envolvidas estão salários e encargos, serviços de terceiros, além de depreciação e amortização.

25. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, fornecedores e encargos setoriais.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Empresa.

A Empresa não realizou operações de *hedge*, *swap* ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A operações da Empresa estão expostas a riscos de mercado (moeda e indexadores), crédito e liquidez. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração e todos os instrumentos financeiros detidos pela Empresa estão mensurados pelo custo amortizado e a administração entende que tais valores são muito próximos aos respectivos valores justos.

Considerações sobre os riscos

Os negócios da Empresa compreendem o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

Risco de variação cambial na compra de energia de Itaipu

A Empresa está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial no preço de compra de energia elétrica de Itaipu. Nesse sentido, ressalta-se que o mecanismo de compensação - CVA, protege a Empresa de eventuais perdas.

Risco de crédito

O risco de crédito surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Instrumentos financeiros por categoria

		31/12/2023	31/12/2022
Recursos em banco (Nota 4)	Custo amortizado	416	184
Aplicações financeiras (Nota 4)	VJR	32	3.121
Consumidores (Nota 5)	Custo amortizado	3.552	2.616
Fornecedores (Nota 10)	Custo amortizado	(3.822)	(4.031)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(524)	(785)

Alguns instrumentos financeiros têm o seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber e outras operações específicas. Assim o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado.

26. Contingências

A Empresa, com base nas avaliações dos seus consultores jurídicos, analisa as demandas judiciais passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. No entanto, para os períodos de 2023 e 2022, não foram identificadas causas com prognóstico provável de perda, e, conseqüentemente, não houve o reconhecimento de provisões na contabilidade par tais períodos. A administração mantém o compromisso de monitorar continuamente as ações em curso e constituir provisões adequadas, caso surjam novas informações que alterem as avaliações atuais dos consultores jurídicos.

Demandas judiciais passivas não provisionadas.

As demandas judiciais passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cível	1.850	3.352
Tributárias	6	-
	<u>1.856</u>	<u>3.352</u>

27. Seguros

A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa possuía apólices de seguro contratadas com terceiros, cuja natureza e cobertura estão indicadas a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Veículos	2.560	5.760
Vida	11.192	7.192

28. Eventos subsequentes

i) Conforme a vigésima nona alteração contratual de janeiro de 2024, o sócio Município de Coronel Vivuda e outros sócios transferiram suas quotas de capital para o sócio Fábio Berger, resultando na saída de cinco sócios da sociedade.

O capital social total da Empresa permanece inalterado, no valor de R\$7.257, com a nova distribuição de quotas entre os sócios. Fábio Berger passa a deter 55,64% das quotas. As demais cláusulas do contrato social permanecem inalteradas.

ii) Através da trigésima alteração contratual registrada em abril de 2024, a sócia Madeireira Serbema Ltda. transferiu suas 31.342 quotas de capital, sendo 18.764 quotas para o novo sócio André Agnolin e 12.578 quotas para o também novo sócio Fábio Luiz Agnolin, resultando na saída da sociedade. O capital social da Empresa permanece inalterado, totalizando R\$7.257, com a nova distribuição de quotas refletindo a entrada dos novos sócios.

A nova estrutura de capital inclui André Agnolin com 0,2586% de participação e Fábio Luiz Agnolin com 0,1733%. Fábio Berger continua detendo a maior parte, com 55,64% das quotas. As demais cláusulas do contrato social permanecem inalteradas, e os sócios, por maioria, ratificaram as modificações de acordo com o Código Civil Brasileiro.

iii) Em maio de 2024, por meio da trigésima primeira alteração contratual, houve a cisão parcial da Empresa, resultando na redução de capital de R\$ 2.378, passando a ser R\$4.879, conforme quadro societário abaixo:

Sócios	Quotas	Valor	% Capital
Fábio Berger	2.767.457	2.767	56,73%
Pedro Mezzomo	16.393	16	0,34%
Roberto Lang	449.074	449	9,20%
Teresinha Mezzomo	1.645.670	1.647	33,73%
	4.878.594	4.879	100,00%

Os elementos que formam a parcela desmembrada da Empresa são compostos por terrenos e edificações, registradas (os) pelo valor contábil de R\$ 2.378. Os ativos foram transferidos para a Forcel Coronel Vívuda Participações Ltda. (empresa beneficiária), que possui quadro societário substancialmente composto pelos sócios retirantes da Empresa.

iv) Em de 20 de agosto de 2024, conforme resolução homologatória nº 3.375, as tarifas foram reajustadas em uma média de 0,92%, sendo aplicáveis aos consumidores e agentes atendidos pela Empresa. As novas tarifas estão vigentes de 26 de agosto de 2024 a 25 de agosto de 2025.





PACTO ENERGIA
DISTRIBUIÇÃO PARANÁ

Demonstrações Financeiras

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente



Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	
1 Contexto operacional	10
2 Setor elétrico no Brasil	11
3 Políticas Contábeis	12
3.1 Declaração de conformidade	12
3.2 Base de elaboração	12
3.3 Uso de estimativas e julgamentos	12
3.4 Principais práticas contábeis	13
3.5 Demonstrações de fluxo de caixa	17
3.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023	17
3.7 Pronunciamentos novos ou normas emitidas, mas ainda não vigentes	18
4 Caixa e equivalentes de caixa	19
5 Consumidores	20
6 Partes relacionadas	22
7 Tributos compensáveis	22
8 Ativos e passivos financeiros setoriais	23
9 Ativos financeiros da concessão e intangível	28
10 Fornecedores	31
11 Tributos a recolher	31
12 Encargos setoriais	31
13 Consumidores item financeiro	32
14 Outros passivos circulantes	32
15 Patrimônio líquido	33
16 Receita líquida	34
17 Custo de operação e construção	35
18 Receitas (despesas) operacionais	35
19 Resultado financeiro	36
20 Imposto de renda e contribuição social	36
21 Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco	37
22 Contingências	38
23 Seguros	38
24 Eventos subsequentes	39



Building a better
working world

Edifício Walk Bueno Business
Rua T-55, N.930 - 11º Andar, Salas 1110 a 1115
Setor Bueno - Goiânia - GO - CEP: 74215-170
Tel: +55 62 3605-1100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e quotistas da
Força e Luz Coronel Vivida Ltda.
Coronel Vivida - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

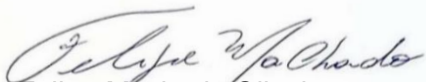
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 04 de outubro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Felipe Machado Oliveira
Contador CRC GO-022208/O

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		7.425	8.642
Caixa e equivalentes de caixa	4	448	3.305
Consumidores	5	3.552	2.616
Concessionárias e permissionárias		5	-
Serviços em curso		139	-
Tributos compensáveis	7	184	63
Almoxarifado operacional		179	59
Ativos financeiros setoriais	8	1.069	2.268
Outros ativos		1.849	331
		14.968	15.264
Não circulante			
Tributos compensáveis	7	4.610	5.878
Depósitos judiciais e cauções		80	89
Outros ativos		199	177
Ativo financeiro da concessão	9	706	505
Imobilizado	9	41	-
Intangível	9	9.332	8.615
Total do ativo		22.393	23.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo		
Circulante	17.592	19.819
Fornecedores	10 3.822	4.031
Empréstimos e financiamentos	262	262
Obrigações sociais e trabalhistas	398	296
Tributos a recolher	11 842	521
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	570	584
Encargos setoriais	12 1.101	717
Passivos financeiros setoriais	8 1.517	4.378
Consumidores - item financeiro tarifário	13 6.952	7.211
Outros passivos circulantes	14 2.128	1.819
	262	523
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	262	523
	4.539	3.564
Patrimônio líquido		
Capital social	15 7.257	7.257
Prejuízos acumulados	(2.718)	(3.693)
Total do passivo e patrimônio líquido	22.393	23.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita líquida	16	27.410	25.520
Custo das atividades operacionais	17	(23.119)	(20.357)
Lucro bruto		4.291	5.163
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(4.670)	(4.430)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	1.324	688
		(3.346)	(3.742)
Resultado financeiro			
Receita financeira	19	535	1.117
Despesa financeira	19	(468)	(409)
		67	708
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.012	2.129
Imposto de renda e contribuição social	20	(51)	(720)
Correntes		(51)	(720)
Diferidos		-	-
Lucro líquido do exercício		961	1.409
Quantidade de quotas		7.257	7.257
Lucro por lote de mil quotas - R\$		132,42	194,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	961	1.409
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	961	1.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.257	(5.102)	2.155
Lucro líquido do exercício	-	1.409	1.409
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.257	(3.693)	3.564
Lucro líquido do exercício	-	961	961
Outros	-	14	14
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.257	(2.718)	4.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.012	2.129
Ajustes para a reconciliação do lucro antes do imposto de renda e contribuição social com caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	644	441
Juros e variações monetárias, líquidas	276	(2.130)
Amortização de ativos/passivos financeiros	(4.923)	-
Constituição de subsídios	(1.176)	-
Provisão para perdas créditos esperadas	-	11
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	-	3.102
Perdas - Material em depósito	300	(551)
	(3.867)	3.002
Redução (aumento) dos ativos		
Consumidores	(936)	2.121
Estoques	61	(29)
Tributos a recuperar	1.147	(58)
Ativos financeiros e setoriais	(774)	1.195
Depósitos judiciais	9	15
Outros ativos	(508)	(143)
	(1.001)	3.101
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(209)	(216)
Obrigações sociais e trabalhistas	102	-
Tributos a recolher	364	1.015
Encargos setoriais	384	(435)
Passivos financeiros setoriais	4.035	3.609
Outros	(153)	(4.352)
	4.523	(379)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(345)	5.724
Imposto de renda e contribuição social pagos	(94)	(677)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(439)	5.047
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações no ativo financeiro da concessão	-	(44)
Aplicações no imobilizado	(41)	(167)
Aplicações no intangível	(2.210)	(5.211)
Baixas de intangível	210	-
Participações financeiras do consumidor	(43)	(2)
	(2.084)	(5.424)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Lucros distribuídos	-	(12)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(334)	-
	(334)	(12)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento		
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(2.857)	(389)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3.305	3.694
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	448	3.305
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(2.857)	(389)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Força e Luz Coronel Vivida Ltda. (“FORCEL”, “Empresa” ou “Concessionária”), concessionária de distribuição de energia elétrica, constituída sob a forma de quotas de responsabilidade limitada em 1º de setembro de 1959, tem por objetivo a distribuição e comércio de energia elétrica para o município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

Concessões

Conforme 5º Termo Aditivo assinado em 09 de dezembro de 2015, a Concessionária detém a concessão até 07 de julho de 2045 para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no município de Coronel Vivida, conforme discriminado no contrato de concessão nº 69/99, que lhe foi transferida pelo Decreto nº 68.871, de 5 de julho de 1.971, reagrupada por meio da Resolução ANEEL nº 219, de 25 de junho de 1999.

Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possuía capital circulante líquido negativo de R\$10.167 (R\$11.177 em 31 de dezembro de 2022), decorrente, principalmente, do reconhecimento do crédito tributário oriundo de ação judicial transitada em julgado, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e seus efeitos, o que gerou a obrigação de ressarcir os consumidores em montantes proporcionais ao crédito reconhecido. Em agosto de 2023, foi homologado o processo de revisão tarifária pela ANEEL, conforme a Nota Técnica nº 77/2023-STR/ANEEL. Durante o exercício de 2023, o montante de R\$2.609 foi ressarcido aos consumidores via processo de revisão tarifária. A administração espera que o saldo de R\$4.788 seja amortizado no ciclo de revisão tarifária de 2023.

Além disso, no grupo de fornecedores, há um saldo em aberto de R\$2.751 relacionado a um contrato de compra de energia, resultante do não cumprimento de obrigações contratuais. Embora o passivo seja de curto prazo, a administração considera que a liquidação pode ser postergada em função do rolamento processual, proporcionando maior flexibilidade no fluxo de caixa da empresa.

Há também um saldo de R\$1.040 no grupo de compra de energia de microgeração, que será compensado com contas a receber provenientes de transações com consumidores de energia, sem previsão de liquidação em caixa. Além disso, existe um passivo de R\$570 referente a dividendos declarados e juros sobre capital próprio, cuja liquidação pode ser flexibilizada, já que a transação ocorre com os sócios.

O saldo de R\$1.123, referente à redução tarifária de 2022/2023, resulta da diferença entre a tarifa aplicada e a homologada, após o reajuste tarifário anual de -12,04% para Alta Tensão e 0,75% para Baixa Tensão, conforme a NT 158/2022-SGT e a Resolução Homologatória 3.096. Embora o passivo possa ser exigido a curto prazo, a administração prevê que o desembolso ocorrerá em períodos posteriores.

A Forcel está passando por um processo de reestruturação de sua estrutura de capital para fortalecer sua posição financeira e garantir a sustentabilidade a longo prazo. Esse movimento estratégico é essencial para enfrentar os desafios do setor de distribuição de energia e continuar investindo em infraestrutura crítica. Como parte da reestruturação, a administração está revisando a redução de custos fixos, o que permitirá o direcionamento de recursos para melhorias operacionais e expansão da rede de distribuição. Além disso, com base na Resolução Homologatória nº 3.375, de 20 de agosto de 2024, as tarifas da Empresa foram reajustadas em uma média de 0,92%, sendo aplicáveis aos consumidores e agentes atendidos pela distribuidora. As novas tarifas estão vigentes de 26 de agosto de 2024 a 25 de agosto de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração entende que a geração de caixa da Empresa neste mesmo período reverterá a posição do capital circulante líquido demonstrada em 31 de dezembro de 2023, além de gerar caixa adicional para a Empresa.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Empresa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Empresa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

3. Políticas contábeis

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Concessionária foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como conjugadas com a Legislação específica aplicável as Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

3.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Empresa é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Empresa.

A administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras tais como, total de consumidores, não foram auditados pelos auditores independentes.

Autorização de emissão das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 04 de outubro de 2024.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração realize estimativas para a determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas são feitas com base no princípio de continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da administração. As estimativas são revisadas continuamente ou quando novas informações se tornam disponíveis, ou ainda, as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem divergir para com o resultado real. As principais estimativas estão abaixo descritas:

- Receita de fornecimento de energia não faturada;
- Provisões;
- Ativos e passivos financeiros setoriais; e
- Ativo financeiro bens da concessão.

3.4. Principais práticas contábeis

a. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Empresa, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Empresa possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a administração da Empresa decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero (ITG 01 (R1)).

A Empresa reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), e o valor da contraprestação é calculado conforme a tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL.

b. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas.

O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

c. Instrumentos financeiros

A Empresa classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo Amortizado ('CA')**: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento d'1º e principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ('VJORA')**: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- **Valor Justo por meio do Resultado ('VJR')**: todos os demais ativos financeiros.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Empresa (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Concessões do serviço público

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/ IFRIC 12 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a estimativa dos custos necessários para a substituição completa de um ativo por outros que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviços e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível é recuperada através de dois fluxos de caixa: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

e. Consumidores

Estão apresentadas a valores de realização. Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados e acréscimos moratórios. A Empresa contabiliza provisão para perdas de créditos esperadas em montante considerado suficiente pela administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

f. Ativos e passivos financeiros setoriais

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada quatro anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado. Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial a expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Empresa, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

g. Intangível

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens correspondentes, limitados ao final da concessão. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e em condição para ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro - concessão, refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e o Comunicado Técnico Geral CTG 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

h. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

i. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis com as pendências em curso. A Empresa não espera desembolsos em conexão com o resultado desses processos.

3.5. Demonstrações de fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudança sem políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Empresa, nem na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da empresa.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, pois a Empresa não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois.

3.7. Pronunciamentos novos ou normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Empresa está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa.

A Empresa avaliou como não aplicáveis às suas demonstrações financeiras normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Contas bancárias à vista	416	184
Aplicações financeiras (a)	32	3.121
	448	3.305

(a) Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e as aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários, com um prazo de 12 meses para o resgate, sendo remunerados a uma taxa média de 98% do CDI em 2023 e entre 95% e 100% do CDI em 2022.

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**5. Consumidores**

A composição de saldo de consumidores no exercício de 2023, bem como a abertura de saldo é a seguinte:

	Valores correntes							Valores renegociados				TOTAL 2023	TOTAL 2022
	Corrente a vencer		Corrente vencida					Renegociada a vencer		Renegociada vencida			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PCLD	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de energia	2.744	-	616	3	2	34	(35)	-	149	-	-	3.513	2.586
Residencial	842	-	232	2	1	14	(15)	-	-	-	-	1.076	793
Industrial	1.165	-	214	-	-	-	-	-	149	-	-	1.528	987
Comercial	421	-	87	1	1	16	(16)	-	-	-	-	510	436
Rural	186	-	83	-	-	4	(4)	-	-	-	-	269	182
Poderes Públicos	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	74
Iluminação Pública	64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	64	56
Serviço Público	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43	50
Serviço Taxado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	30
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.783	-	616	3	2	34	(35)	-	149	-	-	3.552	2.616

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição de saldo de consumidores no exercício de 2022, bem como a abertura de saldo é a seguinte:

	Valores correntes							Valores renegociados				TOTAL 2022
	Corrente a vencer		Corrente vencida					Renegociada a vencer		Renegociada vencida		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PCLD	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	
Fornecimento de energia	2.260	-	299	23	2	37	(35)	-	-	-	-	2.586
Residencial	593	-	188	14	1	18	(21)	-	-	-	-	793
Industrial	933	-	52	2	-	-	-	-	-	-	-	987
Comercial	398	-	30	4	1	15	(12)	-	-	-	-	436
Rural	148	-	29	3	-	4	(2)	-	-	-	-	182
Poderes Públicos	74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74
Iluminação Pública	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56
Serviço Público	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50
Serviço Taxado	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Encargos	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.290	-	299	23	2	37	(35)	-	-	-	-	2.616

A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada e não há relação entre os clientes. A Empresa não possui concentração de cliente em sua receita, não possuindo nenhum cliente que represente 20% ou mais da receita anual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. As seguintes transações com as partes relacionadas foram realizadas durante o exercício:

Saldos patrimoniais passivos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores	40	57
Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. (a)	40	57
Outros passivos circulantes	1.216	1.637
Serviços jurídicos (a)	1.216	1.637

Resultado:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Despesas		
Fábio Berger - Aluguéis	-	(26)
Máxima FM Ltda. - Propaganda e publicidade (b)	(15)	(19)
	<u>(15)</u>	<u>(45)</u>

a. Teodoro de Oliveira Assessoria Ltda. inclui em seu quadro societário a Sra. Tatiane Berger, que é filha do Sr. Fábio Berger, administrador e sócio quotista da Concessionária. A contratação dos serviços pela empresa está relacionada ao pagamento de honorários advocatícios.

b. Máxima FM Ltda. - integra o quadro societário da respectiva empresa o Sr. Roberto Lang, administrador e quotista da Concessionária. As despesas referem-se a gastos com publicidade e propaganda.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e membros do Conselho Fiscal. Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração foi de R\$ 267 (2022: R\$ 448).

7. Tributos compensáveis

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldos por tributo		
Pis a compensar	269	447
COFINS a compensar	4.248	5.419
ICMS a compensar	93	12
Outros tributos a compensar	184	63
	<u>4.794</u>	<u>5.941</u>
Circulante	184	63
Não circulante	4.610	5.878

Em março de 2017 o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu em caráter de repercussão geral e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A Empresa, por meio de Mandado de Segurança 2007.70.00.019734-5, em que pleiteava a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, obteve o trânsito em julgado em 28 de março de 2019, em que, após o pedido de habilitação do crédito, passou a partir de 19 de junho de 2019, a compensar administrativamente referidos créditos com débitos administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos subsequentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação de tributos a recuperar – Não circulante	2023	2022
Saldo inicial	5.878	7.223
Correção monetária	625	754
Compensação com débitos tributários	(1.974)	(2.111)
Outros tributos estaduais	81	12
Saldo final	4.610	5.878

8. Ativos e passivos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 22/08/2023 a 22/08/2024, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período. A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em agosto de 2023, logo após o final da vigência do Índice de Reajuste Tarifário .

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Empresa transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado;

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais em 2023, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA Ativa	2.128	68	(1.813)	23	44	450	227	223	450	-
Aquisição de energia - (CVA energia)	1.048	36	(832)	15	-	267	167	100	267	-
Custo da energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	169	(43)	(126)	-	-	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	11	(11)	(5)	-	5	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	73	46	(60)	2	-	61	28	33	61	-
ESS	158	142	(204)	6	-	102	32	70	102	-
CDE	669	(102)	(586)	-	39	20	-	20	20	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	140	638	(160)	1	-	619	126	493	619	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia	140	(113)	-	1	-	28	28	-	28	-
Bandeiras tarifárias	-	90	(90)	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (a)	-	661	(70)	-	-	591	98	493	591	-
(-) Provisão para redução ao. valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ativos financeiros setoriais	2.268	706	(1.973)	24	44	1.069	353	716	1.069	-

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais no exercício de 2022, bem como a abertura de saldo é a seguinte:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA Ativa	2.976	(1.355)	(2.282)	-	2.789	2.128	1.693	435	2.128	-
Aquisição de energia - (CVAenerg)	-	295	(1.180)	-	1.933	1.048	714	334	1.048	-
Custo da energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	2.908	(2.376)	(363)	-	-	169	169	-	169	-
Transporte rede básica	25	10	(24)	-	-	11	5	6	11	-
Transporte de Energia - Itaipu	43	79	(49)	-	-	73	40	33	73	-
ESS	-	(299)	(150)	-	607	158	181	(23)	158	-
CDE	-	936	(516)	-	249	669	584	85	669	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	436	41	(105)	16	(248)	140	62	78	140	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	436	320	(75)	15	(696)	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de energia	-	190	(51)	1	-	140	62	78	140	-
Bandeiras tarifárias	-	7	(7)	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (a)	-	(476)	28	-	448	-	-	-	-	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total ativos financeiros setoriais	3.412	(1.314)	(2.387)	16	2.541	2.268	1.755	513	2.268	-

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de passivos financeiros setoriais em 2023, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos financeiros setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferênci a (b)	Saldo em 31/12/2023	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulant e	Não circulant e
CVA passiva	-	(86)	62	(4)	(88)	(116)	(87)	(29)	(116)	-
Aquisição de energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	(67)	47	(3)	(43)	(66)	(66)	-	(66)	-
Transporte rede básica	-	(3)	-	-	(8)	(11)	-	(11)	(11)	-
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	(16)	15	(1)	(37)	(39)	(21)	(18)	(39)	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais passivos financeiros setoriais	(4.378)	(1.574)	6.834	(78)	(2.205)	(1.401)	(1.010)	(391)	(1.401)	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	(30)	(1.217)	271	(45)	-	(1.021)	(632)	(389)	(1.021)	-
Sobrecontratação de Energia	-	(1)	-	(1)	-	(2)	-	(2)	(2)	-
Bandeiras tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (a)	(4.348)	(356)	6.563	(32)	(2.205)	(378)	(378)	-	(378)	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	(4.378)	(1.458)	6.694	(82)	(2.293)	(1.517)	(1.097)	(420)	(1.517)	-

Força e Luz Coronel Vivida Ltda.

Demonstrações Financeiras | 31 de dezembro de 2023

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das contas de passivos financeiros setoriais no exercício de 2022, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos financeiros setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/202 1	Adição	Amortização	Remuneração	Transferência	Saldo em 31/12/2022	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
CVA ativa	(129)	(481)	610	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da energia de Itaipu	-	(454)	454	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte rede básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	(129)	(27)	156	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais ativos financeiros setoriais	(1.713)	(6.181)	3.134	(36)	418	(4.378)	(4.348)-	(30)	(4.378)	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas sociais governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota parte de energia nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da parcela A	-	(30)	-	-	-	(30)	-	(30)	(30)	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bandeiras tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(1.713)	(6.151)	3.134	(36)	418	(4.348)	(4.348)	-	(4.348)	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total passivos financeiros setoriais	(1.842)	(6.662)	3.744	(36)	418	(4.378)	(4.378)	(30)	(4.378)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Os saldos de “outros ativos” e “outros passivos” financeiros setoriais são compostos pelos seguintes itens:

	2023	2022
Outros ativos financeiros setoriais	591	-
Ativo financeiro - CUSD	98	-
Tributos a recuperar em processo de prescrição	493	-
Outros passivos financeiros setoriais	(378)	(4.348)
Ultrapassagem de demanda	(113)	(46)
Excedente reativo	(212)	(132)
Demais passivos financeiros - DESPCHO 1959/22	(4)	(505)
Demais passivos financeiros - DSP 1120/23	(49)	-
Devolução de crédito Pis/Cofins - s/base ICMS	-	(3.665)

(b) A movimentação de transferência resulta principalmente do reajuste tarifário de 2023, no qual a Empresa incluiu na base de reajuste parte dos créditos de PIS e COFINS já habilitados e aproveitados, além de uma estimativa de aproveitamento futuro. O saldo foi transferido de outros passivos circulantes.

9. Ativos financeiros da concessão e intangível

Com base na análise dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, a administração aplicou a Interpretação Técnica Geral ITG 01 - Contratos de Concessão, que orienta sobre o reconhecimento de concessões de serviços públicos, como forma de refletir o negócio da Empresa, conforme a seguir:

- A parcela dos bens imobilizados integrantes da concessão que não serão amortizados ou depreciados até o prazo final da concessão, estão sendo reconhecidas como ativo financeiro da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- A parcela que será depreciada ou amortizada dos direitos integrantes da concessão, durante todo o período da concessão, está sendo reconhecida como ativo intangível, que representa um direito que será remunerado pelos usuários dos serviços públicos pela tarifa pactuada com o poder concedente.

Por natureza, os bens da concessão em serviço da Empresa, no exercício de 2023 estão constituídos da seguinte forma:

	2023				2022	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão
Terrenos	-	-	-	376	-	376
Edificações e benfeitorias	404	(272)	132	-	65	-
Máquinas e equipamentos	12.409	(5.678)	6.731	329	5.633	128
Veículos	1.203	(174)	1.029	-	1.125	-
Móveis e utensílios	674	(165)	509	1	521	1
Softwares	536	(357)	179	-	228	-
	15.226	(6.646)	8.580	706	7.572	505
Participação do consumidor	(1.671)	632	(1.039)	-	(1.155)	-
	13.555	(6.014)	7.541	706	6.417	505

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por natureza, os bens da concessão e o intangível em curso da Empresa estão constituídos da seguinte forma:

	2023				2022	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão	Saldo - Intangível	Ativo financeiro da concessão
Máquinas e equipamentos	6	-	6	-	-	-
Materiais em depósito (a)	1.785	-	1.785	-	2.198	-
	1.791	-	1.791	-	2.198	-
Participação do consumidor	-	-	-	-	-	-
	1.791	-	1.791	-	2.198	-
Total do ativo intangível	15.346	(6.014)	9.332	706	8.615	505

(a) O saldo apresentado em “Materiais em depósito” inclui o valor da “Provisão para redução ao valor recuperável”, que em 2023 é de R\$ (124) e em 2022 era de R\$ (136).

As depreciações são calculadas em conformidade com a Resolução ANEEL nº 367/2009 atualizadas peças resoluções nº 474/12 e 674/15. Assim sendo, em 31 de dezembro de 2023, os principais bens e instalações são depreciados pelas taxas anuais a seguir:

Distribuição

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67%
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67%
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57%
Estrutura do sistema (poste)	3,57%
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35%
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35%

Administração central

Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%

A taxa média de depreciação e o valor residual dos bens foram determinados considerando a vida útil econômica estimada dos bens integrantes da concessão, bem como o valor estimado da indenização no vencimento da concessão.

Nos exercícios de 2023 e 2022 não houve capitalização de custos de empréstimos. A Empresa utiliza recursos próprios para os investimentos nas atividades da concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos saldos

I. Intangível

	Saldos 31/12/2022	Adições	Perdas	Baixas	Transferências (b)	Depreciação	Saldos 31/12/2023
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	65	73	-	-	-	(7)	131
Máquinas e equipamentos	5.633	1.987	-	(73)	(376)	(433)	6.738
Veículos	1.125	72	-	-	-	(167)	1.030
Móveis e utensílios	521	51	-	(2)	-	(62)	508
Softwares	228	-	-	-	-	(49)	179
Materiais em depósito	2.198	27	(300)	(135)	(6)	-	1.784
	9.770	2.210	(300)	(210)	(382)	(718)	10.370
Participação do consumidor	(1.155)	45	-	(2)	-	74	(1.038)
	8.615	2.255	(300)	(212)	(382)	(644)	9.332

(b) Substancialmente as transferências ocorridas no exercício referem-se à R\$ 181 que foi alocado no grupo de estoques de sucatas e R\$ 201 no grupo de Ativo financeiro da concessão.

De acordo com o OCPC 01 – Contratos de concessão, a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão deve ser classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente e a parcela remanescente (valor residual) como ativo intangível em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, pelo consumo de energia pelos consumidores.

Os grupos de intangíveis que possuem valor residual após estimativa de amortização e depreciação até o final do período de concessão, foram transferidos para o Ativo financeiro da concessão. Findo o exercício, os saldos são recalculados, revertidos para o intangível e apropriados novamente para o exercício seguinte.

II. Imobilizado

	Saldos 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação 2022	Saldos 31/12/2023
Terrenos	-	41	-	-	41
	-	41	-	-	41

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

III. Ativo financeiro da concessão

	Saldos em 31/12/2021	Movimentação Líquida	Saldos em 31/12/2022
Terrenos	356	20	376
Máquinas equipamentos	105	23	128
Móveis e utensílios	-	1	1
	461	44	505

	Saldos em 31/12/2022	Movimentação Líquida	Saldos em 31/12/2023
Terrenos	376	-	376
Máquinas equipamentos	128	201	329
Móveis e utensílios	1	-	1
	505	201	706

10. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores de energia elétrica	3.351	3.487
Fornecedores de materiais e serviços	471	544
	3.822	4.031

11. Tributos a recolher

	2023	2022
IRPJ	-	29
CSLL	-	14
PIS	20	28
COFINS	92	118
ICMS	710	314
ISS	7	7
Outros	13	11
	842	521

12. Encargos setoriais

As taxas regulamentares são taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher correspondentes aos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidas pela legislação:

	2023	2022
Conta de desenvolvimento energético - CDE	516	461
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	390	256
Programa de eficiência energética	95	-
Outros	100	-
	1.101	717

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Consumidores - item financeiro tarifário

	2023	2022
Compra de energia microgeração	1.041	540
Consumidores PIS/COFINS a compensar	4.788	6.336
Redução tarifaria 22/23	1.123	335
	6.952	7.211

A partir Lei 14.385 de 27 de junho de 2022, que define que os valores pagos a maior pelos consumidores de energia pela incidência de ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS deverão ser devolvidos por meio da tarifa de energia, na forma integral, os valores obtidos. A conta de consumidores PIS/COFINS a compensar refere-se ao saldo total do crédito, pertencente ao consumidor, que é corrigido mensalmente através da Selic, e que está à disposição para transferência para Passivos Financeiros setoriais a título de composição das revisões tarifárias seguintes.

14. Outros passivos circulantes

	2023	2022
Conselho de consumidores	41	-
Honorários advocatícios (i)	1.216	1.637
Subsídios CDE – ciclo 2022/2023	640	-
Outros (ii)	231	182
	2.128	1.819

(i) Os honorários advocatícios estão sendo liquidados conforme o uso do crédito tributário de PIS e COFINS, obtido com o auxílio do consultor jurídico, com uma parte significativa já paga. A Administração estima que o valor total será quitado até 31 de dezembro de 2024, seguindo o planejamento financeiro e o cronograma estabelecido.

(ii) Os saldos referem-se, predominantemente, a repasses de convênios para iluminação pública e para entidades privadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 7.256.534 (sete milhões duzentos e cinquenta e seis mil) quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

Acionistas	Cotas	%
Adelio de Carli	5.376	0,074%
Alex Sandro Schiavini	461	0,006%
Antonio Martins Annibelli	821	0,011%
Apolonia Ivanir Decesaro	2.997	0,041%
Ceres Loures Martins	2.463	0,034%
Denite Maria Pizzatto	4.561	0,063%
Fabio Berger	3.042.206	41,924%
Gabriel Eduardo de Carli	5.375	0,074%
Gilberto Veraldo Schiavini	2.307	0,032%
Giovani Antonio Schiavini	461	0,006%
Helio de Carli	5.376	0,074%
Jones Mario de Carli	5.376	0,074%
Jose Antonio Tremea	6.907	0,095%
Jose Renato dos Santos Taborda Ribas	65	0,001%
Julio Cesar Prestes Schiavini	461	0,006%
Loris de Carli	5.376	0,074%
Madeiraira Serbema Ltda	31.342	0,432%
Maria Salete Manique Barreto	2.307	0,032%
Marly de Lordes Schiavini Grahl	2.307	0,032%
Município de Coronel Vivida	972.199	13,398%
Neri de Carli	5.376	0,074%
Neusa Evanir Gugik	4.431	0,061%
Pedro Mezzomo	23.914	0,330%
Roberto Lang	655.116	9,028%
Rogério Raspolt	52.849	0,728%
Rosani Raspolt	7.688	0,106%
Roseli Raspolt	7.688	0,106%
Teresinha Mezzomo	2.400.728	33,084%
Total	7.256.534	100,00%

b. Destinação dos lucros

Os lucros apurados após o término do exercício social serão repartidos entre os quotistas, proporcionalmente às quotas de cada um no capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve distribuição de lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita líquida

	2023	2022
Fornecimento de energia elétrica	22.380	29.156
Residencial	9.435	9.345
Industrial	2.954	9.055
Comercial	5.200	6.000
Rural	2.271	2.074
Poder público	1.002	921
Serviço público	819	896
Iluminação pública	699	865
Uso da rede elétrica de distribuição faturado	20.818	14.249
Consumidores cativos	10.495	8.688
Consumidores livres	10.323	5.561
Uso da rede elétrica de transmissão faturado	-	-
(-) Transferências	(10.773)	(8.850)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - ultrapassagem demanda	(125)	(62)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - excedente de reativos	(153)	(100)
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - difer. perdas regulatórias	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - consumidores cativos	(10.495)	(8.688)
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado	8.456	8.080
Constituição e amortiz. - CVA ativa e passiva	(1.826)	2.746
Constituição e amortiz. - RTP diferimento ou devolução	(82)	764
Constituição e amortiz. - demais ativos e passivos setoriais	5.644	(52)
Serviços cobráveis	174	91
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	4.546	4.531
Total	40.881	42.635
Receitas de construção	2.539	913
Receita operacional bruta	43.420	43.548
(-) Impostos incidentes sob receita	(10.089)	(12.629)
PIS	(498)	(494)
COFINS	(2.279)	(2.280)
ICMS	(7.312)	(9.814)
ISS	-	(41)
(-) Encargos do consumidor	(5.921)	(5.399)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	(187)	(133)
Programa de eficiência energética - PEE	(62)	(131)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.640)	(5.108)
Taxa de fiscalização dos serviços energia elétrica - TFSE	(32)	(27)
Receita líquida	27.410	25.520

(i) O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438/02, criou a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE visando, entre outros, a garantia de recursos para atendimento à subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda, onde possibilita que os consumidores da classe residencial com consumo até 220 kWh/mensal usufruam de desconto na tarifa de energia, podendo chegar a 65%.

(ii) Com objetivos similares, o Governo do Estado do Paraná instituiu o Programa Energia Solidária através da Lei 20.943/21, pelo qual os consumidores residenciais com consumo até 150 kWh/mês, classificados como baixa renda, e os consumidores residenciais rurais, têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado do Paraná.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos a seguir o total de consumidores beneficiados pelos referidos Programas em 2023 e 2022:

	2023		2022	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Número de consumidores residenciais	6.198	92%	5.717	87%
Número de consumidores atendidos como “baixa renda” (i)	352	5%	512	8%
Número de consumidores atendidos como luz fraterna (ii)	231	3%	347	5%
	6.781	100%	6.576	100%

17. Custo de operação e construção

	2023	2022
Compra de energia para revenda	(17.172)	(15.496)
Custo de construção - linhas e redes	(2.539)	(913)
Custo da operação		
Salários	(561)	(1.126)
Encargos sobre salários	(376)	(474)
Benefícios a empregados	(130)	(223)
Materiais	(555)	(365)
Serviços de terceiros	(877)	(672)
Seguros	(21)	(48)
Depreciação e amortização	(534)	(378)
Outros	(354)	(662)
	(3.408)	(3.948)
	(23.119)	(20.357)

18. Receitas (despesas) operacionais

	2023	2022
Despesas gerais e administrativas		
Salários	(1.429)	(1.347)
Encargos sobre salários	(570)	(426)
Benefícios a empregados	(454)	(304)
Honorários dos administradores	(131)	(336)
Encargos sobre honorários dos administradores	(40)	(68)
Benefícios dos administradores	(28)	(66)
Honorários conselho fiscal	(68)	(4)
Materiais	(69)	(202)
Serviços de terceiros (a)	(1.517)	(1.299)
Aluguéis	(151)	(132)
Seguros	-	(4)
Recuperação de despesas	32	31
Impostos e taxas e tarifas	(12)	(63)
Depreciação e amortização	(110)	(63)
Gastos diversos	(195)	(136)
Perdas no recebimento	72	(11)
	(4.670)	(4.430)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Aluguéis	798	652
Ganhos no recebimento de precatórios	256	-
Recuperação de PIS e COFINS (b)	-	(463)
Outras receitas	270	499
	1.324	688
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.346)	(3.742)

(a) As despesas com serviços de terceiros referem-se aos custos incorridos na contratação de serviços especializados prestados por empresas ou profissionais externos. Essas despesas incluem, mas não se limitam a, serviços de processamento de dados, consultorias, auditorias, assessoria técnica e honorários contábeis.

19. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	198	266
Atualização monetária CVA	43	128
Outras receitas financeiras	294	723
	535	1.117
Despesas financeiras		
Atualização monetária CVA	-	(76)
Variações monetárias	(85)	(105)
Selic recuperação pis/cofins	(203)	(228)
Outras despesas financeiras	(180)	-
	(468)	(409)
Resultado financeiro	67	708

20. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Lucro ajustado antes do imposto de renda e da contribuição social	1.012	2.129
(Adições) exclusões, líquidas	(712)	4
Compensação de prejuízo fiscal base negativa	(90)	-
Base de cálculo fiscal	210	2.133
Despesa de IRPJ e CSLL pelas alíquotas vigentes	(51)	(720)
IRPJ e CSLL correntes	(51)	(720)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Instrumentos financeiros e objetivos e políticas para gestão de risco

Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Empresa são: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, fornecedores e encargos setoriais.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Empresa.

A Empresa não realizou operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A operações da Empresa estão expostas a riscos de mercado (moeda e indexadores), crédito e liquidez. Os riscos são constantemente acompanhados pela administração e todos os instrumentos financeiros detidos pela Empresa estão mensurados pelo custo amortizado e a administração entente que tais valores são próximos aos respectivos valores justos.

Considerações sobre os riscos

Os negócios da Empresa compreendem o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

Risco de variação cambial na compra de energia de Itaipu

A Empresa está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial no preço de compra de energia elétrica de Itaipu. Nesse sentido, ressalta-se que o mecanismo de compensação - CVA, protege a Empresa de eventuais perdas.

Risco de crédito

O risco de crédito surge pela possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

Instrumentos financeiros por categoria

	Classificação	2023	2022
Recursos em banco (Nota 4)	Custo amortizado	416	184
Aplicações financeiras (Nota 4)	VJR	32	3.121
Consumidores (Nota 5)	Custo amortizado	3.552	2.616
Ativo financeiro da concessão (Nota 9)	Custo amortizado	706	505
Passivos financeiros			
Fornecedores (Nota 10)	Custo amortizado	(3.822)	(4.031)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	(524)	(785)

Alguns instrumentos financeiros têm o seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber e outras operações específicas. Assim o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Contingências

A Empresa, com base nas avaliações dos seus consultores jurídicos, analisa as demandas judiciais passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. No entanto, para os períodos de 2023 e 2022, não foram identificadas causas com prognóstico provável de perda, e, conseqüentemente, não houve o reconhecimento de provisões na contabilidade para tais períodos. A administração mantém o compromisso de monitorar continuamente as ações em curso e constituir provisões adequadas, caso surjam novas informações que alterem as avaliações atuais dos consultores jurídicos.

Demandas judiciais passivas não provisionadas

As demandas judiciais passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, conforme demonstrado abaixo:

	2023	2022
Cível	1.850	3.352
Tributárias	6	-
	1.856	3.352

23. Seguros

A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa possuía apólices de seguro contratadas com terceiros, cuja natureza e cobertura estão indicadas a seguir:

	2023	2022
Veículos	2.560	5.760
Vida	11.192	7.192

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Eventos subsequentes

i) Conforme a vigésima nona alteração contratual de janeiro de 2024, o sócio Município de Coronel Vivida e outros sócios transferiram suas quotas de capital para o sócio Fábio Berger, resultando na saída de cinco sócios da sociedade.

O capital social total da empresa permanece inalterado, no valor de R\$7.257, com a nova distribuição de quotas entre os sócios. Fábio Berger passa a deter 55,64% das quotas. As demais cláusulas do contrato social permanecem inalteradas.

ii) Através da trigésima alteração contratual registrada em abril de 2024, a sócia Madeireira Serbema Ltda. transferiu suas 31.342 quotas de capital, sendo 18.764 quotas para o novo sócio André Agnolin e 12.578 quotas para o também novo sócio Fábio Luiz Agnolin, resultando na saída da sociedade. O capital social da empresa permanece inalterado, totalizando R\$7.257, com a nova distribuição de quotas refletindo a entrada dos novos sócios.

A nova estrutura de capital inclui André Agnolin com 0,2586% de participação e Fábio Luiz Agnolin com 0,1733%. Fábio Berger continua detendo a maior parte, com 55,64% das quotas. As demais cláusulas do contrato social permanecem inalteradas, e os sócios, por maioria, ratificaram as modificações de acordo com o Código Civil Brasileiro.

iii) Em maio de 2024, por meio da trigésima primeira alteração contratual, houve a cisão parcial da Empresa, resultando na redução de capital de R\$ 2.378, passando a ser R\$4.879, conforme quadro societário abaixo:

Sócios	Quotas	Valor	% Capital
Fábio Berger	2.767.457	2.767	56,73%
Pedro Mezzomo	16.393	16	0,34%
Roberto Lang	449.074	449	9,20%
Teresinha Mezzomo	1.645.670	1.647	33,73%
	4.878.594	4.879	100,00%

Os elementos que formam a parcela desmembrada da Empresa são compostos por terrenos e edificações, registradas (os) pelo valor contábil de R\$ 2.378. Os ativos foram transferidos para a Forcel Coronel Vivida Participações Ltda. (empresa beneficiária), que possui quadro societário substancialmente composto pelos sócios retirantes da Empresa.

